

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DULCILEY ISAURA BUSCALIN FERREIRA DA SILVA

ELAINE STELA REIS

ELES ESTÃO CHEGANDO...

RELAÇÕES DE GÊNERO NA CRECHE

CAMPINAS, 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DULCILEY ISAURA BUSCALIN FERREIRA DA SILVA

ELAINE STELA REIS

ELES ESTÃO CHEGANDO...

RELAÇÕES DE GÊNERO NA CRECHE

Trabalho de Conclusão de Curso de especialização em Educação Infantil apresentado como exigência parcial para o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, UNICAMP. Orientadora prof^a Dr^a Ana Lúcia Faria de Goulart, co-orientadora prof^a Dr^a Márcia Gobbi.

CAMPINAS, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

Si38e

Silva, Dulciley Isaura Buscalin Ferreira da.

Eles estão chegando... : relações de gênero na creche / Dulciley Isaura Buscalin Ferreira da Silva, Elaine Stella Reis. -- Campinas, SP : [s.n.], 2009.

Orientador : Ana Lúcia Goulart de Faria.

Co-orientador: Márcia Aparecida Gobbi.

Trabalho de conclusão de curso (especialização em Educação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Gênero. 2. Educação Infantil. 3. Formação profissional. 4. Creche.
I. Reis, Elaine Stella. II. Faria, Ana Lúcia Goulart de. III. Gobbi, Márcia
Aparecida. IV. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
V. Título.

10-0110-BFE

Masculino e Feminino

Pepeu Gomes

...Olhei tudo que aprendi

E um belo dia eu vi

Que ser um homem feminino

Não fere o meu lado masculino

Se Deus é menina e menino

Sou Masculino e Feminino...

Vou assim todo o tempo

Vivendo e aprendendo

Agradecimentos

Prefeitura Municipal de Campinas, que tornou possível este Curso de Especialização.

Ana Lúcia Goulart de Farias, por ter aceitado o desafio de coordenar o curso de especialização para 100 professoras em exercício.

Márcia Gobbi pela forma carinhosa com que nos recebeu, pela disponibilidade em nos escutar, questionar nos levando as muitas reflexões.

Professoras do curso de especialização, que muito nos ensinaram.

Leila Oliveira e Ozilde Filipini , integrantes do nosso grupo de trabalho durante todo o curso.

Colegas de trabalho, com quem compartilhamos nossos ideais.

Márcia Toma e Maria Regina Ajona de Oliveira, colegas de trabalho que aceitaram o desafio de voltar à universidade para fazer esta especialização e com quem trocamos idéias, dúvidas e apoio mútuo.

Crianças com quem trabalhamos e com quem aprendemos sempre.

Agentes de Educação Infantil, homens que aceitaram o desafio desse exercício profissional.

Nossos entrevistados, pelo respeito, disponibilidade e carinho com que participaram desta pesquisa.

Resumo

A pesquisa diz respeito às relações de gênero, cuidado e educação no trabalho com as crianças de zero a três anos nas creches municipais de Campinas tendo como foco o trabalho masculino.

Em Campinas, nos concursos públicos para agente Educação Infantil (monitor), nos anos de 2000, 2007 e 2008, pessoas do sexo masculino se candidataram ao cargo. Assim, a Educação Infantil, começou a receber homens para desempenhar junto às crianças, as funções de cuidar e educar.

A chegada desses profissionais gerou inquietações junto ao grupo de profissionais, composto exclusivamente por mulheres, e junto às famílias das crianças que utilizam o serviço prestado nas creches.

Nossa investigação buscou compreender as interações que os monitores homens estabelecem com as demais profissionais em suas práticas cotidianas, sua formação profissional inicial e continuada, bem como os motivos que os levaram a exercer essa profissão e seus objetivos profissionais.

Palavras chaves: Gênero Masculino, Educação Infantil, Formação Profissional, Creche

Sumário

1. Introdução	1
2. Para trabalhar com criança pequena é só gostar...	6
2.1. Caracterização do CEMEI pesquisado	12
2.2. As creches em Campinas e a formação das monitoras e professoras	13
2.3. A formação profissional em Campinas	17
3. Educação Infantil: um campo de trabalho predominantemente feminino	20
3.1. Ih, isso não vai dar certo! A inserção do monitor do sexo masculino na creche	25
4. A voz dos monitores	34
4.1 Para o bom andamento do serviço – Monitor 1	35
4.2. Melhor ficar com as crianças maiores... – Monitor 2	41
4.3. Quando cheguei ao CEMEI vi que tudo era bem diferente – Monitor 3	46
4.4. Procurando pontos em comum	51
Considerações finais	54
Bibliografia	58
Anexos	63
A- Roteiro de entrevista	
B- Prefeitura inaugura Nave-Mãe no DIC VI e inicia fim do déficit de vagas na pré-escola	67

C- Decreto nº 15.947 de 17 de agosto de 2007: Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI)	72
D- Parecer sobre curso técnico para formação de monitoras infanto-juvenis em Campinas	81
E- Planta original do CEMEI “Maria Antonina Mendonça de Barros” - 1981	87
F- Prefeitura abre processo seletivo para contratação de profissionais da educação	88
G- Prefeitura entrega primeira unidade Nave-Mãe à população	90
H - Pintaram as férias	95
II- Agentes de educação infantil efetivos por CEMEI em 2009	96

Siglas utilizadas

CEMEI	centro de educação infantil
PAEEI	Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil
DIC	Distrito industrial de Campinas
MEC	Ministério educação e cultura
COEPRE	Coordenação de Educação Pré-Escolar
PSEC	III Plano Setoriais de Educação e Cultura
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
Mobral	Movimento brasileiro de alfabetização
– CEPROCAMP	Centro de Educação Profissional de Campinas “Prefeito Antonio da Costa Santos”
CLT.	Consolidação das leis trabalhistas
NAEDs	Núcleo de ação educativa descentralizado
ag.	agrupamentos
CEDI,	Coordenadoria de educação infantil
PMC	Prefeitura municipal de Campinas
PTN	Partido trabalhista nacional
TCC	Trabalho de conclusão de curso
APEOESP	Associação dos professores do ensino oficial do estado de São Paulo
SME	Secretaria municipal de educação
SENAI,	Serviço nacional de aprendizagem industriall
Unicamp	Universidade estadual de Campinas

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa diz respeito às relações de gênero, cuidado e educação no trabalho com as crianças de zero a três anos nas Creches Municipais de Campinas. A pesquisa terá como foco o trabalho masculino.

Em Campinas, nos concursos públicos para monitor de Educação Infantil de 2000, e de agente de Educação Infantil 2007 e 2008 homens se candidataram a este cargo. Assim a Educação Infantil começou a receber homens para desempenhar junto às crianças, as funções de cuidar e educar. No CEMEI¹ em que trabalhamos convivemos desde 2002 com o trabalho do monitor. Constatamos através dos editais de convocação do concurso público promovido pela Prefeitura Municipal de Campinas para agente de Educação Infantil realizado em 2007 (contrato temporário) e em 2008 (para efetivação) um aumento do número de homens aprovados para trabalhar com as crianças pequenas e pequenininhas.

A chegada desses profissionais, junto ao universo feminino, gerou inquietações num grupo já estabelecido de funcionárias composto exclusivamente por mulheres e nas famílias das crianças que utilizam o serviço prestado nas creches. Este fato nos chamou a atenção: quantos são os monitores que compõe atualmente a rede de Educação Infantil de Campinas. Onde estão esses profissionais? O que levou esses homens a essa escolha? Fatores financeiros? Vocação? Aptidão? Qual a idade das crianças com que eles trabalham?

Nossa investigação buscou compreender as interações que os monitores homens estabelecem com os meninos e as meninas, com as famílias destes/as e com as demais profissionais em suas praticas cotidianas. Para efetivar esta pesquisa sobre o trabalho masculino na Educação Infantil procuramos definir através de subsidio de autores que se debruçaram sobre o tema o conceito de gênero.

¹ Centro de Educação Infantil

Joan Scott na década de 1980 define gênero como “ um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1990 p. 41) Compreendendo assim que gênero é diferente de sexo e portanto ser masculino como ser feminino é uma construção social e cultural dos indivíduos adquirida no processo educacional.

“Tornar-se feminina supõe uma construção, uma fabricação ou um aprendizado que acontece no âmbito da cultura, com especificidades de cada cultura.” (Louro, 2001.)

O conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas para se contrapor à idéia de essência, recusando assim qualquer explicação pautada o determinismo biológico, que pudesse explicar os comportamentos de homens e mulheres, empreendendo desta forma, uma visão naturalizada, universal e imutável dos comportamentos.

“Os estudos sobre relações de gênero emergiram, sobretudo na década da mulher, anos 1970. Nesse momento, as lutas pela democracia no Brasil, pelos direitos da mulher, pela queda do custo de vida, pela volta ao estado de direito convergiram, dando forma a um movimento mais amplo que passava a ressoar nos ouvidos da sociedade anunciando a possibilidade de outras formas de comportamento.” (Gobbi, 1999, p.143)

Esses processos de formação cultural são diferentes em diversos contextos históricos e em diferentes culturas tendo como marca o androcentrismo isso, é que o mundo se organiza pelo principio masculino. Esses processos de formação estão orientados pela idéia de “diferença” e pela idéia de “desigualdade” entre homens e mulheres.

As marcas das feminilidades são sempre situadas numa cultura, diferenciando-se no tempo e no espaço se transformam e, portanto, são provisórias, se tratando de “uma construção cultural contínua sempre inconclusa e relacional” (Louro. 2001). Gobbi (1999) comenta que “o conceito de gênero começa a se fazer presente nas pesquisas, ao se colocar em pauta uma importante discussão, que procura discernir entre o que é biológico e o que é cultural no comportamento feminino”. (Gobbi, 1999, p. 143).

Notamos que grande parte da produção brasileira vinculada aos Estudos Feministas nos últimos anos se concentrou no estudo das mulheres, como as questões ligadas à feminização do magistério e de outras ocupações vinculadas ao trabalho feminino.

Atualmente as pesquisas de gênero têm se voltado para o caráter relacional dos gêneros, entendendo que mulheres e homens, meninas e meninos são formados em relação – uns com os outros e também no entrecruzamento de outras categorias, como classe social, religião, etnia, nacionalidade, geração (Louro, 1997; Meyer, 1998; Felipe, 1997).

Propomo-nos a pesquisar esses profissionais do sexo masculino e assim traçar um quadro da chegada desses profissionais na Educação Infantil em Campinas e suas implicações. A relevância deste tema evidencia que, na educação de zero a três anos, ainda são escassas as pesquisas que articulam gênero, praticas e trabalho docente. No documento Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à Educação vemos a interação adulto - criança como sugestão de temas para pesquisa:

Novas temáticas provenientes do convívio da criança, sujeito e direitos, com seus pares, com crianças de outras idades e com adultos, profissionais distintos da família, apontam para outras áreas de investigação.(MEC p.7)

O Ministério da Educação coordenou em 1994 a elaboração do documento de *Política Nacional de Educação Infantil*, no qual se definem como principais objetivos para a área a expansão da oferta de vagas para a criança de 0 a 6 anos e como desdobramento desses objetivos, foi publicado o documento *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil*, no qual se discutiam a necessidade e a importância de um profissional qualificado e um nível mínimo de escolaridade para atuar em creches e pré-escolas como condição para a melhoria da qualidade da educação (MEC, 1995, p 10).

Para a efetivação desta pesquisa escolhemos trabalhar com três monitores² do CEMEI “Maria Antonina Mendonça de Barros” localizado na região sul da cidade de

² Utilizaremos neste texto a expressão professora e monitora no feminino, tendo em vista que as mulheres são a imensa maioria das docentes na Educação Infantil. Em algumas passagens,

Campinas. Apesar de oficialmente a função ser denominada Agente de Educação Infantil desde o novo plano de cargo aprovado em Campinas em 2007 usaremos na nossa investigação os termos monitoras e monitores, pois é assim que estes profissionais são conhecidos nas creches municipais de Campinas

Considerando o fato de que *“a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele”*³ procuremos efetivar nossa proposta, utilizando na coleta de dados documentos colhidos junto a Secretaria Municipal de Educação de Campinas e ao Cemei pesquisado (Projeto Pedagógico e Portfólios das turmas, livro da vida⁴), entrevistas com monitoras (es) , pais, professores e equipe gestora do Cemei, questionários para os monitores e observação de campo.

Utilizamos entrevistas centradas na historia dos monitores de sexo masculino, com perguntas dirigidas para completar alguns registros.

O número de entrevistas realizadas não foi o mesmo para todos os informantes, interferindo na quantidade, a disponibilidade do entrevistado e a necessidade de complementar algumas informações que surgiram durante a transcrição e a seqüência da pesquisa. Algumas entrevistas foram gravadas outras anotadas diante do entrevistado e algumas anotações ocorreram logo após encerrarmos o encontro. Todas estas estratégias tiveram o consentimento dos depoentes.

Sem descuidar da singularidade de cada depoimento, realizamos as entrevistas atentas às expressões, as cadências, ao vocabulário, as emoções expressas por cada depoente.

O local em que as entrevistas foram concedidas também despertou nosso interesse. Dois dos nossos depoentes, monitor um e monitor três escolheram o ambiente de trabalho para as entrevistas alegando a facilidade de nos encontrarmos após o expediente ou durante o horário de repouso das crianças.

utilizaremos a expressão no masculino para designar especificamente os sujeitos que fazem parte desta pesquisa ou que fizeram parte de outras pesquisas.

³ Marc Bloch. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. p.79.

⁴ Registro do trabalho cotidiano feito com as crianças. Elaborada pelo educador Freneit.

O monitor um concedeu as entrevistas no berçário no horário de repouso das crianças, muitas vezes embalando carrinho de bebe ou atendendo alguma crianças que despertasse ou sentisse algum desconforto, dividindo o trabalho com suas colegas de turma que permaneciam no mesmo ambiente, porém não interferindo nas narrativas. Foram feitas quatro entrevistas com este depoente.

O Monitor 3, escolheu a sala de reunião da creche para conceder duas das três entrevistas. A terceira foi concedida na sua sala de trabalho no horário do repouso das crianças.

O nosso segundo depoente optou por nos encontrar numa biblioteca publica local de fácil acesso para ele. Os encontros se davam no final da tarde, no intervalo de horário entre o estágio que faz em uma indústria e o inicio das aulas em Técnico de Segurança do trabalho. Apesar de escolher um local publico para conceder as entrevistas esse local era formal, silencioso com sua simbologia nos remete ao conhecimento. Esse monitor nos concedeu duas entrevistas. Um fato que nos chamou atenção foi receber a vista deste monitor desistente na creche, alguns dias após seu primeiro depoimento. Segundo o depoente “para rever as crianças com quem trabalhei no ano passado, como elas estão se lembram de mim, rever as colegas de trabalho e se foram implementadas as mudanças do espaço físico, (construção do Baby parque) planejadas para este ano de 2009.” Alguns pontos que durante a escrita da pesquisa nos pareceram confusos e que julgamos necessário maiores esclarecimentos foram sanados em conversas por email ou telefônica.

2. PARA TRABALHAR COM CRIANÇA PEQUENA É SÓ GOSTAR...

Fazemos a seguir um breve histórico das creches no Brasil e da formação de seus profissionais, pois consideramos que “um fenômeno humano é sempre um elo de uma série que atravessa as eras”. (Bloc, 2001) procuraremos resgatar mesmo que brevemente esses elos, buscando compreender as origens do quadro atual da formação profissional na Educação Infantil,

As instituições dedicadas à educação e cuidado da criança pequena têm dupla origem, e aparecem mais ou menos na mesma época para atender necessidades e aspirações diferentes:

“Elas surgem, de um lado, no âmbito de programas sociais e filantrópicos de proteção e prevenção ao abandono à delinqüência, voltados ao atendimento de crianças e famílias em condições de vulnerabilidade por pobreza, doença, invalidez ou desempenho. De outro lado, desenvolvem-se em direção à implementação de modelos de educação para a criança pequena concebidos por importantes educadores, como Oberlin (Salles d’asile), Robert Owen (Infant school), Froebel (Kindergarten) e Montessori (Casas del bambini).” (Haddad 2006 p. 525)

O atendimento às crianças de 0 a 6 anos em instituições especializadas tem origem com as mudanças sociais e econômicas, causadas pelas revoluções industriais no mundo todo. Essas transformações retiram a mulher do lar e da posição antes ocupada por ela como mãe e responsável pela criação dos e responsável pela criação dos filhos e vai colocá-la no mercado de trabalho, nas frentes de produção como operária, impondo a necessidade da criação de formas de atendimento para suas crianças. Atrelado a este fato, sob pressão dos trabalhadores urbanos, que viam nas creches um direito, seus e de seus filhos, por melhores condições de vida, deu-se início ao atendimento da Educação Infantil no Brasil.

Um aumento significativo das vagas destinadas à Educação Infantil, deu-se na segunda metade da década de 70 e início a de 80, período de grandes transformações sócio-políticas, marcado pela transição da ordem autoritária para um

regime democrático que foi acompanhado de uma série de acontecimentos na sociedade civil :

”Os movimentos sociais populares urbanos emergiram concomitantemente a um conjunto de fatos novos na conjuntura nacional destacando-se a rearticulação da vida partidária; o aparecimento de um novo sindicalismo, combativo e em oposição às estruturas burocratizadas; o surgimento de lutas contra o *status quo* autoritário vigente, tais como a luta pela anistia; lutas contra a política econômica desenvolvidas pelos sindicatos e por outros setores da sociedade civil, a exemplo da luta contra a carestia; a rearticulação das estratégias políticas dos grupos palacianos; as mudanças nas regras das relações entre Estado e a sociedade após a política denominada de abertura democrática; a reformulação de uma série de políticas de Participação Comunitária.” (Gohn, 1985, p. 172)

Em 1975, o Ministério da Educação passou a se ocupar da educação pré-escolar, criança de 4 a 6 anos criando a Coordenação de Educação Pré-Escolar COEPRE

A educação pré-escolar se torna ponto de destaque no II e no III Plano Setoriais de Educação e Cultura (PSEC), que eram desdobramentos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, elaborados durante o governo militar, para os períodos 1975-79 e 1980-85.

A ênfase ao pré-escolar podia ser interpretada como uma tentativa de encontrar, naquele momento, uma solução para o impasse político. Se, por um lado, o discurso oficial apontava a pré-escola como uma necessidade inadiável, por outro, o planejamento orçamentário da União continuava sem uma política de dotação de verbas que pudesse cobrir as reais necessidades da educação no País. (KRAMER e SOUZA (1987) apud KRAMER e KAPPEL, 200, p. 54

Além de solução para os problemas da pobreza, a Educação Infantil resolveria as altas taxas de reprovação no ensino de 1.º grau. (VILARINHO, 1987, apud KUHLMANN, 2000, p.11).

O atendimento das crianças menores de seis anos, em instituições, caracterizou-se historicamente como um tipo de serviço necessário para a liberação de mão de obra feminina e acolhimento da infância pobre, como aponta Faria (2002), não se atribuindo às creches e pré-escolas, valorização como lugares coletivos que

possibilitam e facilitam a socialização das crianças pequenas. Só recentemente é que se iniciaram as discussões que defendem desse nível educativo como direito das crianças e de suas famílias.

A expansão do atendimento à infância no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 se configurou seguindo um modelo de baixo custo: as creches destinadas às crianças de famílias menos favorecidas com atendimento em período integral que não contavam com a presença do professor e as pré-escolas destinadas às crianças de 4 a 6 anos em período parcial com professoras. Exemplo deste modelo de baixo custo foram as pré-escolas criadas na década de 1980 sobre a responsabilidade do Mobral voltadas para o atendimento de crianças de quatro a seis anos. Este programa apoiava-se num modelo de educação compensatória, caracterizados por um atendimento em massa a custos muito baixos usando-se recursos humanos e materiais próprios das comunidades para a expansão da Educação Infantil e com a LBA (Legião Brasileira de Assistência), encarregada pela expansão das creches. O Programa da federal previa o auxílio financeiro e algum apoio técnico e foi desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência do então Ministério da Previdência e Assistência Social, desde 1977. A LBA foi extinta em 1995, prevalecendo, no entanto, programa e dotação orçamentária para creche no âmbito da assistência social federal.

Arce (2000) afirma que “O trabalho voluntário será a tônica dos discursos direcionados aos profissionais que deverá atuar com crianças menores de seis anos, determinando por esse modo por caracterizar a sua não Profissionalização. Esta expansão do atendimento em creches propiciou a entrada do denominado “leigo/a” na área. Estes trabalhadores que atuavam diretamente com as crianças não recebiam nenhuma formação sistemática previa.

As creches em especial, foram definidas como necessárias a algumas famílias, de maneira particular as de baixa renda que não tinham onde deixar seus filhos e as quais se atribuía incompetência em criá-los adequadamente. Esta visão compensatória, com o objetivo de suprir as deficiências de saúde, nutrição, escolares e as do meio sócio cultural, faz com que a criança crie uma imagem

desfavorecida do seu círculo social e de si, pois muito deste atendimento estava pautado no favor e não no direito da criança e sua família.

Essa estratégia pode ser verificada no próprio Programa Nacional de Educação Pré-escolar, vinculado ao Mobral, (instituição destinada à alfabetização e educação continuada de adultos), que realizava convênios com as Secretarias Estaduais de Educação para expandir o atendimento infantil, utilizando-se de espaços ociosos na comunidade, bem como a mão-de-obra de mães voluntárias e “creches domiciliares”.

Seguindo um modelo de baixo custo, esses programas legitimavam a idéia da relação natural entre mulher-mãe-educadora infantil, sendo a mulher considerada naturalmente preparada para esse trabalho o que propiciou a entrada do denominado “leigo/a” na área e contribuiu para a sua laicização como comenta a secretária da Promoção social de Campinas (1981) em entrevista a um jornal local:

“Queremos apenas garantir um lugar seguro e limpo onde as crianças passem o dia, o profissional deverá apresentar características apropriadas para essa finalidade: estar disposto a limpar, cuidar alimenta e evitar riscos de quedas e acidentes.”

Fúlvia Rosemberg (1999) enfatiza que este processo de expansão, acarretou uma baixa qualidade nas ofertas de atendimento. É perceptível que são estas crianças pobres e negras determinadas a freqüentarem estabelecimentos de baixa qualidade, sendo cuidadas e educadas por mulheres que, *resistindo ao destino de empregadas domésticas, acomodam-se às sobras do sistema.*⁵

Estas trabalhadoras que atuavam diretamente com as crianças não recebiam nenhuma formação sistemática previa e seria composto por profissionais do sexo feminino na sua grande maioria.

⁵ Sayão Deborah Thomé – Relações de gênero na creche: os homens no cuidado e educação das crianças pequenas. G.T Educação das crianças de 0 a 6 anos - G.T. 07, UFSC, 2005 <http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/deborahthomesayaop07.rtf> acesso em setembro 2009

O trabalho de educar e cuidar de crianças têm sido historicamente identificados como um prolongamento das atividades “naturais” que as mulheres desempenham no âmbito doméstico.

Procurando entender à atuação das mulheres como docentes na Educação Infantil e a construção dessa profissional, vimos segundo (Kishimoto, 1988; Kuhlmann Jr.,1991) que se nas antigas escolas normais e escolas primárias ocorreu a “feminização” da profissão de professora, isso não fez parte da história das creches e pré-escolas onde a figura da mulher sempre esteve presente em suas história.

Percebemos uma naturalização das práticas cotidianas em creches, entendo cuidado e educação como transposição de saberes do feminino, adquiridos pelas mulheres na sua socialização primária, assim como nas experiências provenientes do universo doméstico.

Essa inserção das mulheres no trabalho a partir da educação traz uma tradição da concepção de que a educação das crianças pequenas, que atualmente estão na Educação Infantil, poderia ser melhor realizada por mulheres, pois se aproximava da idéia de maternidade:

“A tarefa de educadora de crianças seria um prolongamento de seu papel como mãe, e esse discurso começa a se defendido por políticos e pensadores. E assim, a profissão vai se consolidando como um trabalho feminino de modo que a Educação Infantil esteve sob responsabilidade da mãe educadora, conforme previa Comenius, em sua Didática Magna (1957) jardineira, na acepção de Froebel (1913), tias, pagens, [sic], auxiliares, nas últimas décadas”. (Kishimoto, 2000, p. 1, apud Sarat, 2001.)

Nesse sentido, a o trabalho docente na Educação Infantil seriam os espaços e as profissões de mulheres pois se identifica com suas “capacidades inatas” de cuidar e educar crianças e jovens, devendo caracterizar-se por um baixo valor socioeconômico.

Rosemberg e Saporilli (1996) apontam que “a profissão de educador infantil” não constitui um trabalho feminino, por encontramos um número maior de mulheres exercendo esta função, mas porque exercem uma função de gênero feminino, vinculada à esfera da vida reprodutiva: “cuidar e educar crianças pequenas”.

Elizabete Franco Cruz (1998) também enfatiza a feminização da ocupação de educadora nas creches e a articulação dessa compreensão com uma perspectiva doméstica, em que a creche e suas trabalhadoras seriam vistas como substitutas maternas, em oposição a uma perspectiva profissional, na qual trabalhadores do sexo masculino teriam mais espaço. (Carvalho p.7)

Saparolli (1997) levanta a hipótese de que isso ocorre, possivelmente, porque a profissão parece ter nascido colada ao gênero feminino, Ávila (2003) aponta em sua pesquisa também esta direção que a Educação Infantil é um espaço de trabalho feminino. Tal evidência atrelava-se ao fato de que, não somente no Brasil, assim como em vários países, a maioria dos que atuam nessa área é mulher.

Em uma análise sobre profissionais de creche elaborada em 1991, Maria Malta Campos e colaboradoras, alertavam para os desdobramentos que a ausência masculina representava no trabalho em creches e afirmavam *“sem dúvida, este afastamento do homem de profissões ligadas à educação da infância pode ser compreendido, tanto pelo atributo de trabalho ‘sujo’, como pelos menores salários oferecidos por este trabalho”* (Campos et al. p.54)

Na Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, concebida, muitas vezes, como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional, em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças. A Constituição Federal, em seu art. 227, determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em razão de sua importância no processo de constituição do sujeito, a Educação Infantil em creches ou entidades equivalentes (crianças de 0 a 3 anos) e em pré-escolas (crianças de 4 a 6 anos) tem adquirido, atualmente, reconhecida importância como etapa inicial da Educação Básica no nosso país.

2.1. Caracterização do CEMEI Pesquisado

O CEMEI está localizado no bairro Jardim Santa Eudóxia, região sul de Campinas, SP. Atendendo aproximadamente 150 crianças de 4 meses a 3 anos em período integral e aproximadamente 100 crianças de 3 anos e um mês até seis anos em período parcial. Foi inaugurado em 1980, na época mantido pela secretária Municipal de Promoção Social

Podemos observar na planta utilizada na construção da creche do Jardim Santa Eudóxia, uma preocupação com a área externa destinada às recreações. Encontramos um mini campo de futebol, 3 parques, área lajetada, tanque de areia e uma área verde na entrada e em uma das laterais do centro infantil. Próximo à porta de entrada estão alinhados os três mastros destinados às bandeiras da Cidade, do Estado e do País.

Na parte interna vemos os corredores circundando todo o centro infantil, servindo de ligação entre as várias dependências, e é através dele que se tem acesso à área externa que fica no centro da construção, onde encontramos a casa da boneca, um parque e o chuveirão. No corredor principal foi idealizado e construído este ano de 2009 um baby parque para aos bebês. Contamos com uma área coberta destinada a atividades com as crianças, 7 salas 3 delas com varandas, 3 banheiros para as crianças sem distinção de sexo, refeitório, sala de multimídia, sala de leitura, sala de reunião, refeitório para os adultos e sala da direção.

Este modelo arquitetônico ficou conhecido entre os engenheiros responsáveis como "*Forte Apache*", onde a maioria das atividades realizadas com as crianças privilegiava esta área central que apesar de externa é cercada por altas paredes (Silva, 2005, p. 35).

O CEMEI conta com 9 professoras efetivas todas cursaram pedagogia, 2 fizeram outra graduação em enfermagem e fonoaudiologia. Quatro possuem curso de especialização e outras 3 concluirão sua especialização este semestre. Sete

professoras são regentes de sala, uma função atividade e uma Itinerante (educação especial). As monitoras efetivas são 24, sendo dois homens.

Quanto a escolaridade oito tem o ensino fundamental: cinco cursado na modalidade supletivo, dois o fundamental I e uma o fundamental incompleto. Quatro cursaram o ensino médio, sendo duas na modalidade normal e uma não chegou a concluí-lo. Doze possuem nível universitário, um em turismo, um fisioterapeuta e as demais em pedagogia.

A equipe gestora é composta por diretora educacional, vice-diretora e orientadora pedagógica exclusiva desta creche, reivindicação antiga atendida este ano pela Secretaria de educação.

A creche conta com funcionários terceirizados no serviço da cozinha, limpeza e segurança.

2.2. As creches em Campinas e a formação das monitoras e professoras

Em Campinas no início da década de 1980, havia um grande o déficit de vagas na Educação Infantil, em reportagem publicada em um jornal local o número de atendimento em creches é apontado em 3.200 crianças de 0-7 anos para uma população de 19.564 crianças carentes ⁶.

Segundo a política municipal, comandada pelo Prefeito Francisco Amaral, a rede municipal de Centros Infantis em 1981, encontrava-se em expansão com 17 creches em funcionamento e previsão de que outras cinco entrassem em atividade até o final do ano. Este governo tinha como meta a construção de outras oito creches para o ano de 1982⁷, que não seriam suficientes para a crescente demanda de uma cidade em crescimento e com considerado fluxo migratório.

⁶ Correio Popular reportagem: A super-creche de Campinas. 25/12/1981

⁷ Correio Popular reportagem: A super-creche de Campinas. 25/12/1981

As pré-escolas vinculadas ao MOBRAL vêm colaborar para a expansão do número de vagas. Em 1983 este atendimento contemplava 1200 crianças contando com 32 monitores⁸ recrutado na maioria das vezes entre moradores do bairro e estudantes do Magistério, não sendo exigida formação acadêmica.

As salas de educação do MOBRAL eram abertas na periferia da cidade atendendo a solicitação das comunidades, tendo por objetivo atender “as populações carentes, as crianças dos bairros onde não existem Centro Infantil”⁹. Este programa contava com verbas federais 26 milhões de cruzeiros e municipais 2,4 milhões de cruzeiros. Em 1985, ano em que o MOBRAL foi extinto¹⁰ e suas funções redefinidas o número de crianças atendidas por este programa na Cidade era de 6 mil em 200 salas de aula.

A contratação de funcionários para atuarem na Educação Infantil tinha um princípio comum tanto para as creches como as salas do Mobral não era exigido formação no magistério ou pedagogia. As vagas a serem preenchidas preferencialmente pelas pessoas da comunidade indicadas na maioria das vezes pela Sociedade Amigo de Bairro.

O processo final de seleção e contratação dos funcionários para as creches ficava a cargo da Secretaria de Promoção Social, órgão ao qual estavam vinculadas todas as creches municipais.

A exclusividade da contratação de mulheres para exercer a função de monitora de Educação Infantil se evidencia na entrevista concedida ao Jornal Correio Popular¹¹: pela secretária da promoção social do governo Francisco Amaral, Maria Helena Bonavita Manbrini:

“Nos casos de creche exigimos qualidades especiais dado à natureza do serviço e, então, **as candidatas** são entrevistadas pela equipe técnica, quando é feito esclarecimento quanto ao trabalho, finalidade de um centro infantil, horário, tarefas, direitos, deveres e aptidões necessárias. Se a **candidata** se interessar é encaminhada ao grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, onde se realiza um teste. Preenchidos os requisitos mínimos exigidos pela equipe técnica **a candidata** é admitida, passando por exame médico

⁸ Diário do Povo 7/7/83

⁹ Diário do Povo 7/7/83

¹⁰ Decreto Nº 91.980, de 25 de novembro de 1983, redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências.

¹¹ Reportagem de 4/6/78 CRECHES: a solução está na participação comunitária. *Correio Popular*

e recebendo um treinamento, na Secretária de Promoção Social para desempenho de suas funções, antes de iniciar suas atividades dentro do Centro Infantil.” (grifos nossos)

Em 1987, já na gestão do prefeito Magalhães Teixeira cria-se a Fundação Municipal para Educação Comunitária (16 de setembro) através da Lei Municipal no. 5380 com o objetivo de desenvolver programas comunitários de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e também se responsabiliza, neste momento pelas salas de Educação Infantil que logo seriam incorporadas pela Secretaria Municipal de Educação em 1990.

A Constituição de 1988, ao integrar a Educação Infantil como a primeira etapa do ciclo básico, trazendo-a para o campo da educação e deslocando-a do campo da assistência, produziu um movimento que tinha a intenção de substituir na creche sua histórica visão assistencialista, especialmente no que diz respeito à educação das crianças de zero a três anos. Por um momento parecia que os problemas se resolveriam em um curto período: a “educação” passava a ser a redentora dos malefícios, estigmas e preconceitos causados pela história da creche em nosso país (KUHLMANN JUNIOR, 1998, p. 206 apud Sayão,157)

Em Campinas, essa mudança de Secretaria ocorreu em 1990 e introduziu novos profissionais na creche. Acreditava-se que as diretoras, orientadoras pedagógicas, vice-diretoras e professoras que tiveram alguma formação para educar crianças, fossem capazes de trazer um incremento às práticas educativas das monitoras.

Porém as profissionais do magistério se depararam com as especificidades do trabalho com as crianças de 0 a 3 anos., pois a formação das professoras não contempla a educação das crianças pequenininhas.(Campos, 1994; Barreto, 1995; Rosemberg, 1994).

Quanto à formação escolar das primeiras monitoras Ávila (2002) comenta, que sua maioria, não tiveram acesso à educação básica e não tinham formação específica para o trabalho. Estas mulheres eram recrutadas pela secretaria de Promoção Social, muitas delas participantes de movimentos populares como as Associações

Amigos de Bairros, que na década de 1980 reivindicaram junto a prefeitura municipal de Campinas construção de creche e pré escolas (Silva 2006) .

Em 2005, outro momento de expansão de vagas para a Educação Infantil tem início. Através do PAEEI Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil, que visa à ampliação de vagas no Município para este nível de ensino, cuja gestão será realizada em parceria com instituições de direito privado sem fins lucrativos constituídas como escolas filantrópicas, comunitárias ou confessionais, que firmarão convênio com o Poder Público.

Este projeto denominado Nave Mãe, idealizado pela atual administração municipal encontra reserva em alguns órgãos de classe por propor terceirização da rede municipal de ensino e a contratação indireta de funcionários e administradores:

O projeto inovador se caracteriza também pela parceria entre poder público e entidade filantrópica. Todas as unidades Naves-Mãe serão geridas por institutos assistenciais previamente escolhidos por um processo seletivo. Nele as entidades apresentaram seus projetos pedagógico, histórico de desempenho e um projeto de gerenciamento de recursos.¹²

A Administração municipal tem como meta inaugurar, até dezembro de 2009, 18 unidades Nave-Mãe uma creche de maior capacidade de atendimento (cerca de 500 crianças por unidade), onde além de educar as crianças, disponibiliza serviços de saúde e cursos profissionalizantes para as mães. Encontramos na página da Prefeitura¹³ de Campinas notícias deste projeto, seus parceiros e seus objetivos.

Outro fato que distingue a Nave-Mãe é a proposta educacional de desenvolver as crianças por meio da pedagogia dos sentidos: olfato, visão, tato, paladar e audição, trabalhando com temas relacionados ao meio ambiente e os elementos da natureza como terra, água, ar. Para isso, a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com educadores da Unicamp, está elaborando projetos temáticos para as Naves-Mãe. O objetivo é promover a inclusão e o desenvolvimento das crianças por meio

¹²http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=17644 acesso em 16/10/2009

¹³ <http://www.campinas.sp.gov.br/smenet/noticias/noticia>

de conceitos relacionados com a vida e que visam estimular a vivência e a conscientização dos pequeninos com o meio ambiente¹⁴

Durante o encontro, Dr. Hélio falou sobre a metodologia utilizada no projeto Nave Mãe com a implementação da pedagogia dos sentidos. "Devemos trabalhar esse novo aspecto da pedagogia dos sentidos considerando a Educação Infantil como parte preponderante para que o ensino fundamental retorne ao nível que era no passado"¹⁵ (26/05/2008)

"Todas as 18 unidades serão geridas por "entidades assistenciais" por meio do Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil (PAEEI), que prevê a assinatura de convênios com as entidades que passaram por processo seletivo e irão cumprir critérios que a Administração municipal elaborou para a gestão das unidades." (29/03/2008)

Julgamos o projeto das naves mães complexo, pois, se por um lado vêm aumentar o numero de vagas na Educação Infantil contribuindo para que "Campinas será a primeira cidade com mais de 500 mil habitantes a zerar o *déficit* de vagas na Educação Infantil nos próximos anos"¹⁶ trás questões que nos leva a questionar este projeto;a proposta de trabalho, a Terceirização da Educação Infantil,a gestão de "entidades assistenciais". Pensamos que este é assunto para outras pesquisas.

2.3 A formação profissional em Campinas

Em Campinas, a escolaridade exigida nos concursos públicos para professores em 1990, 2000 e 2008 foi o curso de Magistério de nível médio antigo normal ou o curso em Pedagogia.

14

http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=21238

¹⁵http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=18152 acesso em 20/07/2009

http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=2125 aceso in 15/10/2009

Para as monitoras de Educação Infantil, em 2000, passou a ser exigida a escolaridade do ensino fundamental para o trabalho. Nos últimos processos seletivos em 2007/2008 (contrato determinado) e para efetivação em 2008 foi exigido como escolaridade nível médio.

Ávila (2002) aponta que ainda não há na Prefeitura Municipal de Campinas uma proposta de formação inicial daquelas que irão trabalhar com crianças de zero a três anos e ressalta que a entrada nesse campo de trabalho exige a mobilização de muitos conhecimentos para cuidar e educar as crianças, interagir com as famílias e lidar com as exigências institucionais.

Nascimento (1994) afirma que:

A passagem da creche para o âmbito da secretaria de educação exige uma estrutura mais complexa, pois, preservando a assistência, introduz a questão pedagógica. Essa passagem não foi acompanhada de modificações indispensáveis na estrutura das creches, de modo a adequar-se às suas novas finalidades educacionais, como por exemplo, a necessária atenção à especificidade da faixa etária de zero a quatro anos.. (p.101-102)

A preocupação com a formação é notada e em 14 de setembro 2004 é inaugurado O Centro de Educação Profissional de Campinas “Prefeito Antonio da Costa Santos” – CEPROCAMP. Neste local é oferecido para 200 monitoras em exercício o curso de Aperfeiçoamento para Monitores de Educação Infantil.

A duração curso foi de um ano, com quatro horas diárias de aula e mais duas horas de estágio no próprio horário de trabalho das monitoras, período em que foram supervisionadas e avaliadas. A carga horária total foi de 240 horas/aula.

Segundo Mônica Del Faro, uma das responsáveis pelo curso, “o objetivo principal da formação foi oferecer mais qualificação aos profissionais da rede municipal que trabalham com crianças de 0 a 3 anos, melhorando ainda mais o atendimento às crianças (...) O curso foi reconhecido este ano pelo Ministério da Educação, qualificando-o como o primeiro curso destinado a monitoras com formação

técnica.”¹⁷

Para participar deste curso o único pré-requisito era ser monitora de Educação Infantil da rede municipal e trabalhar com as crianças de 0 a 3 anos.

Por obter o reconhecimento do Ministério da Educação de curso técnico, a exigência para próxima turma passou a ser a conclusão do ensino médio. As monitoras que se formam e que possuíam o ensino médio completo receberam os certificados de formação técnica. As demais monitoras que ainda não tinham ensino médio receberam o certificado como curso de capacitação.

Quanto à remuneração, na rede pública de Educação Infantil em Campinas, segundo dados de Guadagnini (1997), as professoras que trabalham com as crianças pequenininhas gozam dos mesmos direitos que as professoras que trabalham com as crianças pequenas (4, 5 e 6 anos). As professoras da Educação Infantil recebem os mesmos salários que as professoras do Ensino Fundamental e ambas participam da mesma carreira, regida pelo mesmo Estatuto do Magistério

No edital para o concurso público 2008, para Agente de Educação Infantil (atual nomenclatura para monitores) encontramos a remuneração inicial de R\$ 1.252,25, para carga horária de 32 horas semanais - Auxílio Refeição/Alimentação no valor de R\$ 400,00 mensais e Vale-Transporte opcional. Foram oferecidas 678 vagas .

O mesmo não ocorre com os profissionais contratados de forma indireta para atuarem nas Naves Mães, registrado pelas entidades assistenciais responsável por cada unidade de Educação Infantil em regime CLT. A formação acadêmica destes profissionais são as mesmas exigidas para os funcionários da rede municipal: ensino médio para agentes de Educação Infantil e pedagogia para os professores e gestores.

Encontramos diferenciação de carga horária (40 horas semanais) e de salários para a mesma função de agente de Educação Infantil e os demais cargos do magistério entre a rede municipal e as Naves Mães.

¹⁷ http://www.campinas.sp.gov.br/smenet/noticias/noticia_2004_12_07a.htm (acessado em 19/10/2009).

3. EDUCAÇÃO INFANTIL: UM CAMPO DE TRABALHO PREDOMINANTEMENTE FEMININO

Na sociedade ocidental cristã a masculinidade é construída em oposição à feminilidade e se reflete em diferentes comportamentos sexuais e reprodutivos entre os gêneros, tendo conseqüências sobre as atitudes frente à vida. Esta construção social de gênero vem ancorada em dicotomias que atribuem aos homens características positivas e negativas às mulheres. São estabelecidos significados ao sexo e à natureza tomando-se o masculino como certo e o feminino como polaridade estigmatizada.

Pensando sobre a construção de gênero voltamos nosso olhar para as instituições de Educação Infantil e os profissionais que nela atuam.

O trabalho docente é constituído pelo gênero e constituinte dele, e a “educação tem sido palco de contradições entre masculinidade e feminilidade, razão e emoção, objetividade e subjetividade¹⁸” (Souza, 2001)

Historicamente em muitas culturas, coube à mulher o papel de cuidar e educar as crianças trazendo nesta atividade as marcas culturais de maternagem, considerada socialmente inata nas mulheres.

Badinter (1993) comenta que a maternagem e os cuidados destinados as crianças podem ser aprendidos tanto por homens como por mulheres e que isso depende de experiências provenientes de seu contexto sociocultural. Para a autora, os homens maternam desde que haja interesse deles próprios e boa vontade das mulheres que estão próximas, tendo em vista que muitas delas resistem à divisão da maternagem negando-se a compartilhar esse poder.

¹⁸ Souza, Erica Renata de. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. Caderno Pagu, 2001.

Vemos na instituição de Educação Infantil é que o “cuidado” marca a diferença no trabalho dos professores de crianças pequenas, pois transita entre o familiar e o escolar e ainda se atribui esse cuidar a maternidade, tida como inata às mulheres. Nesse sentido, a cultura escolar incentiva no seu cotidiano o cuidado, incorporando às mulheres esse papel.

Há diferenças na formação das profissionais que atuam na Educação Infantil e no nome atribuído a essas trabalhadoras de mesma função: professora, para as pré-escolas; pajem, crecheiras, monitoras, auxiliares de desenvolvimento infantil, etc.

Ainda hoje encontramos no nosso país exigências diferentes em relação ao nível de ensino dos profissionais que atuam com as crianças pequenas. Em poucas prefeituras é exigido o nível médio para atuar como monitor de Educação Infantil.

No caso da Educação Infantil, onde os salários na maioria das cidades brasileiras são menores para os profissionais que atuam neste nível de ensino, e “o cuidado com o corpo das crianças seria fator de desprestígio” (Arce, 2003) destes profissionais a presença masculina, causa um maior estranhamento. Como aos homens sempre coube o papel de provedor observamos a quase ausência na profissão de professor e monitor de crianças pequenas.

Dados levantados junto à Secretaria de Recursos Humanos de Campinas mostram o número de homens - inscritos e aprovados - nos concursos públicos de 2000, 2007 e 2008 (temporários e efetivos).

A rede municipal de educação de Campinas conta com alguns profissionais do sexo masculino no seu quadro de professoras e monitoras. Em levantamento feito junto a Secretária Municipal de Educação, constatamos a presença de seis professores e oitenta monitores atuando na rede neste ano 2008.

Os seis professores são efetivos no cargo e atuam nos agrupamento III compostos por crianças de três, quatro e cinco anos em diferentes escolas.

Encontramos alguns CEMEIs com mais de um monitores outros que ainda não tem homens exercendo esta função. O CEMEI, que possui maior número destes profissionais, conta no seu quadro de funcionários com quatro monitores.

No levantamento encontramos nomenclaturas diferentes para a mesma função: monitor infante juvenil I e monitor de Educação Infantil. Esta diversidade de nomes se dá pelo fato de não haver ainda uma nomenclatura única assim como curso de formação para profissionais que atuam com as crianças pequenas, o que permite que a cada novo edital este título seja modificado apesar do trabalho ser o mesmo.

Verificamos que os Monitores Infante Juvenil I são os funcionários efetivados no cargo em 2000 e que os Agentes de Educação Infantil são os contratados por tempo determinado (2007/2008) e em processo seletivo realizado em 2008 e efetivados a partir deste ano de 2009.

No levantamento feito junto a secretária municipal de educação constatamos a quantidade de 1.553 monitoras em 2008 .Chamou-nos atenção o fato de apesar dos homens comporem uma minoria de profissionais que exercem este cargo é no masculino que ele está enunciado no documento que tivemos acesso junto á Secretaria Municipal de Educação.

Neste levantamento feito em 2008 encontramos em Campinas dados que apontam cerca de 94% de mulheres e apenas 6% de homens atuando nas creches municipais, mesmo numero encontrado em dados levantados por Sayão junto ao MEC¹⁹.

Quadro I

Monitoras (efetivas e contratadas) 2008	Monitores (efetivos e contratados) em 2008
1.473	80

¹⁹ Sayão, Débora T. Relações de gênero na creche: os homens no cuidado e educação de crianças pequenas. G. T. Ed. crianças de 0-6 anos

Quadro II

Monitores efetivos	Monitores contratados por tempo determinado 2007-2008
26	54

Quadro III

Monitoras efetivas em 2009	Monitores efetivos em 2009
1.506	94

Vemos pelos dados coletados que o numero de monitores homens que ingressaram na Educação Infantil aumentou em relação aos anos anteriores. O interesse por exercer esta função passou de 26 monitores efetivos em 2008 para 94 em 2009. O numero de contratados por tempo determinado em 2007-2008 54 homens, já indicava um aumento de presença masculina na Educação Infantil.

Os índices de 2009 apontam uma porcentagem de 8%de homens ficando um pouco acima da média anterior encontrada na nossa cidade. Dos 94 homens 70 ingressaram este ano.

Observamos pela classificação funcional dos Agentes de Educação Infantil publicada em Suplemento do Diário Oficial do Município de Campinas em outubro de 2009 que tem como critério o tempo de serviço exercido, que os primeiros monitores masculinos aparecem nas classificações mais altas de número 469 a 1005, contamos com vinte e quatro trabalhadores. ha maior concentração masculina

nas colocações finais da referida publicação de 1006 a 1060 listamos setenta contratados.

Verificamos que nem todas as creches convivem com a figura masculina em seus quadros de funcionários, enquanto que alguns centros de educação infantil contam com mais de um homem exercendo a função de agente de educação infantil. No quadro abaixo registramos os CEMEIs que contam com mais de um monitor em seu quadro funcional.

CEMEI	Número de agentes de educação infantil masculinos
BOA VISTA	4
LÍDIA BENCARDINI MASELLI	4
MARIA AMÉLIA RAMOS MASSUCCI	4
MARIA LÁZARA DUARTE GONÇALVES	3
MARIA JOSÉ GONÇALVES	3
PROFA APARECIDA CASSIOLATO	3
JOANA KALLAJIAN	2
LEONOR MOTTA ZUPP	2
CLÁUDIO SOUZA NOVAES	2
AURORA SANTORO	2
JOSÉ FIDELIS	2
MARIA APARECIDA VILELA GOMES JÚLIO	2

LÍDIA BENCARDINI MASELLI	2
MARIA ANTONINA MENDONÇA DE BARROS	2
THERMUTIS ARAÚJO MACHADO	2

:

Segundo Carvalho (1998) pouco se sabe sobre os homens e o que o trabalho que fazem representa em termos das idéias de masculinidade e feminilidade na educação, o que pode ser ampliado para a Educação Infantil (apud Sayão, 2005, p.21).

Apesar de o número ser quase que insignificante, a presença masculina nessas instituições causa estranhamento nas famílias das crianças e as mulheres que atuam neste nível de ensino.

3.1 Ih, isso não vai dar certo! A inserção do monitor do sexo masculino na creche

Ih, isso não vai dar certo! Esta foi a reação do grupo de funcionárias do CEMEI quando foram informadas pela equipe gestora que um monitor homem iria trabalhar na creche durante o Projeto Pintaram as Férias. (2001)²⁰

Será somente nas férias? A desconfiança vinha da incredulidade de que os homens dividiriam as tarefas de cuidados das crianças com elas: você acha que eles vão querer trocar as crianças?Levar as meninas no banheiro? Se fosse minha filha eu não iria gostar.

²⁰ O Projeto “Pintaram as Férias” tem por objetivo atender as crianças, cujas mães não têm outra alternativa que não a creche para deixar os filhos enquanto trabalham fora no período de férias escolares.

Desde o concurso publico para contratação de monitores em 2000 temos convivido com homens atuando como monitores de Educação Infantil.

Como seria na hora das trocas?E nas brincadeiras?E nas refeições?

Sayão (2005) comenta que a chegada de um homem num espaço dominado por mulheres e supostamente feminino produz uma sensação de deslocamento, desconfiança e incômodo.

Quando o primeiro monitor chegou ao CEMEI o clima foi de total estranhamento por parte de todas as outras funcionárias (monitoras, direção, professoras e ate mesmo o guarda) todos se perguntavam, o que um homem iria fazer trabalhando com crianças tão pequenas.

No CEMEI em que trabalhamos e pesquisamos já trabalharam: um monitor efetivo/volante (2002), um contratado por tempo determinado através de processo seletivo (2007/2008) e três efetivos (dois iniciaram em 2002 e um em 2009). Dos monitores efetivos um foi transferido para outro CEMEI em 2006.

Os comentários e descontentamento das monitoras se intensificaram a partir da efetivação de dois homens em 2002 e em 2007 com a chegada de um monitor contratado. No cotidiano, as monitoras diziam claramente que preferiam as outras mulheres. Foi bem difícil, se pudessem escolher seus pares, escolheriam outras mulheres.

“Pensa bem que chato na hora do sono das crianças aquele homem olhando para nós, fica sem graça. É nessa hora que costumamos falar da vida com as colegas, desabafar.”

“Eu rezo para que eles não escolham trabalhar a mesma sala que eu. Ah! É muito chato ter de trabalhar com homem.”

“Eu não quero trabalhar com esse homem, vai tirar toda a nossa liberdade... Eles são mais sérios, não sabem brincar...”

“Eu não vou fazer o serviço por eles, precisamos de pessoas que trabalhem não para fazerem número.”

“Só por que tem mais estudo, pensa que vai mandar em nós. Mal chegam já vão para o sindicato.”

Nas falas das mulheres entrevistadas vemos as preocupações em dividirem o espaço, as tarefas, o convívio e as responsabilidades de cuidar e educar as crianças com os monitores e de conviver com estes novos atores, que por exigência dos editais dos concursos públicos chegam com um nível diferenciado de escolaridade (2000 ensino fundamental e 2007/ 2008 ensino médio) do que exigido para a maioria das monitoras, quando iniciaram suas carreiras.

Na pesquisa que Búfalo realizou em 1997, observou que - dentre as monitoras da creche por ela pesquisada no município de Campinas - muitas não tinham completado o ensino fundamental. Álvares pesquisando outro CEMEI de Campinas (2009) constata que as monitoras mais antigas concluíram há pouco tempo o Supletivo em Ensino Médio. Na creche que estamos pesquisando vimos que um grande número de monitoras mais antigas concluíram o Ensino Fundamental na forma de Supletivo e poucas continuaram estudando, fato que não ocorre com as monitoras que ingressaram este ano que têm, em maioria, formação Universitária em diversas áreas de conhecimento.

Ressaltamos que esses novos contratados para a função de monitora, apesar da contribuição que trazem para a creche através de suas vivências culturais e sociais e de possuírem escolaridade de ensino médio ou superior, não possuem, na maioria, formação em relação às especificidades da Educação Infantil, já que o requisito para ingresso era nível médio de ensino não sendo exigida formação específica na área de educação como determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/96).

Se a escolaridade dos novos monitores é maior que a da grande maioria das monitoras mais antigas, vemos que são essas mulheres que tem a experiência, a prática e a vivência na educação das crianças. Ávila (2002) aponta que o trabalho de educação das crianças pequenas na creche “impõe exigências, para as quais não houve formação prévia, por isso ele é aprendido na prática do exercício profissional” (Ávila, 2002, p.4), onde se aprende com “os mais experientes e/ou melhor treinados” (Coople, 1991; apud Campos, 1994), sejam elas monitoras ou professoras.

Para Saporoli, a feminização atribuída à ocupação de educador infantil, indicada através do grau de aceitação ou não de homens como educadores, estaria associada à concepção de educação e à estruturação das propostas pedagógicas de cada tipo de instituição: quanto mais doméstica a concepção de educação, mais difícil a aceitação de homens e mais associada a características femininas a ocupação; quanto mais profissional a proposta, mais articulada enquanto projeto pedagógico, menos feminilizada a ocupação e maior a presença de homens como educadores.

Sayão (2005) comenta que há conhecimentos e saberes que a instituição, por meio das profissionais, produz como práticas que são caracterizados como pertencentes ao “mundo feminino” e que conformam uma espécie de cultura institucional (Sayão, 2005, p.44).

Há uma forte tendência, de certa forma problematizada na produção da área acerca das práticas cotidianas em creches, a conceber cuidado e educação como transposição de saberes do feminino, em parte adquiridos pelas mulheres na sua socialização primária, assim como nas experiências provenientes do universo doméstico (Carvalho, 1999).

São estas monitoras que vão defender seu espaço de trabalho dificultando ou aceitando dividi-lo com os novos membros da equipe sejam eles mulheres ou homens. Sayão comenta que:

“Os primeiros momentos dos professores e sua chegada na Educação Infantil conformam uma espécie de *Ritual de Passagem* que demarca, muitas vezes, sua continuidade na profissão ou a busca por alternativas por meio da mudança do projeto profissional inicial.” (Sayão, 2005, p. 65)

Fazem parte desta aceitação passar pelo “enfrentamento das diferenças de concepções de gênero e de Educação Infantil, além de elementos objetivos e subjetivos abrangendo os afetos, as emoções, a sexualidade, a raça/etnia e classe social que compõem a identidade do/a profissional.”(Sayão, 2005, p 65)

Percebemos que a ajuda aos novos colegas passa primeiro pela aceitação deles como amigos e por suas histórias de vida: O mais novo dos monitores entrevistados foi “adotado” por sua companheira de trabalho por ter a idade próxima a de seus filhos estar e morando sozinho na cidade; o que tem maior tempo de serviço foi conquistando seu espaço com pequenas delicadezas como homenagens para todas as funcionárias no Dia das Mulheres, discursos nas despedidas das funcionárias que saiam da creche, participação política na região ao redor da creche, no sindicato de onde trás informações para o grupo e a militância em movimentos de políticas afirmativas para os Afro descendentes. O monitor que chegou este ano está em fase de construção desta rede de relações. Num primeiro momento sua companheira de trabalho, que já trabalhou com homens em outros anos exigiu dele disposição para o trabalho e só agora a relação interpessoal está se estabelecendo.

O posicionamento político dos monitores também é apontado pelas monitoras nas entrevistadas, como uma forma de “fugir do trabalho”, porém são elas, seus pares, que por meio do voto delegaram a um deles o direito de representá-las no Sindicato, nas reuniões mensais, junto a este órgão de classe.

Indagadas por que indicaram um monitor para representá-las, a resposta foi que a dupla jornada de trabalho que realizam: casa, o cuidados com os filhos, algumas estudam á noite , as impedem de participar das reuniões e dar conta de tantos afazeres. Elas reconhecem que para os homens a ausência de obrigações com as tarefas domestica facilita esta participação. Algumas atribuem a escolaridade deles uma maior facilidade em expor seu ponto de vista, de redigir e compreender o que está sendo discutido.

Outras dizem já terem feito a sua parte garantindo para os novos colegas os direitos que ajudaram a conquistar como: participação na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Municipais, não trabalharem aos sábados, a redução da jornada de trabalho para seis horas e o fim do revezamento de horário de trabalho no CEMEI pesquisado. Apesar destas falas, as funcionárias continuam participando dos movimentos reivindicatórios da categoria.

Outro aspecto que é levantado pelas nossas entrevistadas é a relação corpo e educação das crianças pequenas:

“Cuidar de uma filha (principalmente na parte de higienização) pode ser correto a um pai, porém, esses cuidados feitos por um estranho (Monitor) pode trazer problemas. Você não vê no jornal?”
“Ele vai trabalhar com você? Agora eu quero ver!”

Esta declaração foi feita por uma monitora para uma professora que se posicionava favorável a participação masculina na Educação Infantil. Ela demonstra o incomodo e o desafio que foi para o grupo já estabelecido inserir os monitores e o desejo de ver o desempenho da professora nesta equipe de trabalho. Na preocupação dessas mulheres vemos que o “cuidado” marca a diferença no trabalho dos professores de crianças pequenas e pequenininhas, pois transita entre o familiar e o escolar e ainda se atribui esse cuidar a maternidade, tida como inata às mulheres. Percebemos que as próprias monitoras comungam este fato.

Sayão (2005) sugere que modelos socialmente construídos de mulheres “cuidadoras” e homens “provedores” talvez tenham contribuído para gerar nas profissionais a aposta de que os monitores “não dariam conta do recado” (Sayão, 2005, p. 177).

Os cuidados com o corpo são considerados atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas, questionamentos inclusive atribuindo a eles a incompetência para exercê-lo.

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de idéias que vêem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas fato que, historicamente, é visto como uma continuação da maternidade.

Para inserir estes profissionais na rotina da creche foi preciso uma reorganização, que apesar de não ser uma norma oficial foi adotada pela equipe gestora do CEMEIs.

Optou-se nos primeiros anos que esses profissionais atuassem nos agrupamentos das crianças mais velhas, de dois anos e meio a três anos e não nos berçários onde o contato físico se evidencia.

Porque não pode homem no berçário? Se ele passou no concurso como eu, ele sabe as exigências do cargo e vai ter que fazer o mesmo que eu.

Este comentário se deu devido à preocupação da equipe gestora em ter os homens trabalhando com os bebês. Somente este ano temos um monitor trabalhando no berçário IA.

Nas creches onde encontramos mais de um monitor eles são comumente designados a terem como parceira uma mulher, procurando evitar as reclamações dos pais que estranham a presença só de homens no cuidado e educação das crianças pequenas, principalmente quando a imprensa divulga abusos sexuais cometido por homens contra crianças.

É comum notarmos que quando se leva as crianças ao W.C, chamam-se as meninas para serem acompanhadas pelas monitoras e professoras, e depois os meninos para serem acompanhados pelo monitor. Esse fato traz indagações quanto as questões de gênero, já que em no CEMEI pesquisado , não existe banheiros diferenciados para meninos e para meninas.

Mesmo com estes arranjos há por parte das famílias questionamentos com relação à presença da figura masculina na Educação Infantil:

“Quando meu marido veio trazer nosso filho e viu o monitor ficou resabiado. Chegando em casa, me questionou sobre este fato. Respondi que era bom para as crianças que não moravam com o pai, pois tinham aí a possibilidade de conviver com a figura masculina. Ele concordou comigo.” (Mãe 1)

Consideramos que o estranhamento do pai em relação aos cuidados do corpo das crianças ser feito por homens se deve ao fato boa parte dos/as meninos/as que freqüenta creches ainda não possuem a linguagem oral como forma primordial de comunicação o que gera insegurança nas famílias que se algo diferente acontecer seu filho (a) não poderá explicar seu descontentamento e os maus tratos.

Sayão aponta que as crianças lançam mão de “formas de comunicação como o choro, as expressões corporais, o toque, entre outras. O/A docente precisa ter disponibilidade para compreendê-las e encaminhar o trabalho” (Sayão 2002, p.23).

A forma da mãe se posicionar vendo a possibilidade de o profissional suprir o contato das crianças com a figura masculina pode ter sua origem na psicologia e nas teorias assistencialistas que vêem a creche como uma instituição destinada a suprir as “carências familiares” das crianças - neste caso, a figura masculina. O educador compensaria a ausência de modelos masculinos na vida de algumas crianças, especialmente aquelas que não residem com o pai.

Por essa concepção, os monitores seriam capazes de auxiliar no desenvolvimento dos papéis sexuais de duas formas: contribuindo para a construção de comportamentos sexuais apropriados ao seu sexo e para a autoconfiança dos meninos.

A mesma mãe comentou em outro momento da entrevista:

“Minha filha de três anos estudou em outro CEMEI em 2008 e lá foi a primeira vez que vi homem trabalhando na Educação Infantil. Aí questioneei a professora que explicou que ele ficava a cada dia numa sala para as crianças poderem conviver com homens, principalmente as que não moram com o pai.” (Mãe 1)

A cumplicidade com o homem na divisão dos trabalhos de cuidar e educar os filhos é um desejo de algumas mulheres e vê-los exercer esta profissão sucinta esse modelo de “novo homem” sensível e participativo:

“No começo não confiava, só deixei por meu filho ser menino. Em casa meu marido nunca trocou nossa filha, depois fui acostumando e pensando: isso pode servir de exemplo para os pais ajudarem a cuidar de seus filhos.” (Mãe 2)

Há aqui outra concepção sobre o trabalho docente masculino pautada na idéia de equidade social, onde os meninos seriam educados a desempenharem atividades de cuidado com o corpo vendo os homens executando estas tarefas.

Estes acertos nos revelam uma concepção de cuidado fruto da divisão sexual e social do trabalho em nossa sociedade. Carvalho (1999) esclarece que de acordo com a perspectiva analítica da sociologia e da psicologia estas concepções foram construídas sob os argumentos de que as personalidades femininas são formadas desde cedo a partir de noções de relacionamento atreladas ao cuidado levando-as a sentir-se responsáveis pela manutenção das relações e pela prestação de serviços, características centrais em nossa concepção de feminilidade.

4. AS VOZES DOS MONITORES

Neste capítulo apresentamos os sujeitos centrais da pesquisa, os monitores, através dos dados que colhemos sobre suas trajetórias que trazem em suas narrativas histórias e lembranças de suas experiências profissionais a fim de colocar em cena quem são os homens que atuam como docentes na Educação Infantil e de que forma concebem o seu trabalho. Willians (1995) sugere a necessidade de pesquisar o ingresso de homens em algumas profissões consideradas “femininas”.

Para efeito de apresentação, nossos entrevistados fizeram um breve relato onde nos falam sobre suas vidas e de sua opção pela Educação Infantil incluindo as narrativas de seus primeiros momentos no cargo: Como cheguei aqui? As suas primeiras impressões da creche, o relacionamento com as colegas de serviço, o relacionamento com as famílias e as crianças, os objetivos profissionais de cada entrevistado e o desejo ou não de continuidade no cargo.

A seguir, com base no referencial teórico que embasa este trabalho, procuramos discutir aspectos que achamos relevantes, coletados nos depoimentos dos entrevistados e nas observações que fizemos em campo.

Consideramos o tempo e o espaço para recompor as trajetórias dos nossos entrevistados como Sayão

“o ‘tempo’ das situações vividas como uma categoria que ajuda a atribuir alguns sentidos históricos aos fatos e ampliar esses sentidos” (Sayão, 2005, p.64).

Também consideramos:

“espaço como lugares demarcados por relações institucionais entre homens, mulheres, meninos e meninas ampliando assim noções meramente geográficas” (Sayão, 2005, p.64).

Nossos depoentes, lembrando seus movimentos, vão atribuindo significados às suas vivências nos tempos e espaços por onde andaram.

O ingresso de monitores numa profissão na qual há uma composição majoritária de mulheres pode modificar a experiência que profissionais crianças e famílias vivenciam nas diferentes instituições, onde o ritual e a cultura existente no interior da creche, em alguns aspectos são alterados. Tem-se em vista aqui a afirmação de Willians (1995): o local de trabalho não é neutro em relação ao gênero (apud Sayão 2005, 66)

4.1. Para o bom andamento do serviço - Monitor 1

“Esta frase ‘para o bom andamento do serviço’ me foi dita pela equipe gestora do CEMEI varias vezes nestes anos quando era necessário fazer ajustes nas equipes que compunham as turmas e era eu o indicado para outro local.

Tenho 39 anos, sou casado, não tenho filhos. Nasci e me criei em Campinas, São Paulo. Estudei em escola publica e na adolescência fui aluno do SENAI, no curso de carpinteiro. Cheguei a exercer por pouco tempo esta profissão, depois trabalhei como carteiro, porteiro de condomínio residencial, agente cultural da Catedral Metropolitana de Campinas e há seis anos sou monitor.

Particpei durante a adolescência de grupo de jovens da Igreja Católica e, num dado momento, pensei em ser padre. Com o tempo e muita reflexão percebi que não tinha vocação. Hoje continuo participando da Igreja e atuando como leigo nos trabalhos pastorais.

Tenho interesse nos estudos étnicos e implementações de políticas afirmativas. “Creio que é um compromisso de todo afrodescendente divulgar e valorizar sua origem.”

Como cheguei aqui?

“Estava cursando a faculdade de Turismo em 2000 (faculdade particular) ano em que a Prefeitura Municipal de Campinas promoveu um processo seletivo para alguns cargos dentre eles o de monitor. Queria a estabilidade de um cargo público. Fiz uma escolha racional, estratégica: prestei o de monitor por exigir ensino fundamental e por ser oferecido um maior numero de vagas que o de auxiliar administrativo. Fui efetivado em junho de 2002.”

As suas lembranças dos primeiros momentos na profissão nos levam a pensar como a chegada dos homens na Educação Infantil de Campinas e principalmente na creche, interferiu numa estrutura já estabelecida:

“Fui designado a trabalhar num CEMEI da região sul de Campinas como volante. Lá chegando, a direção da creche não me aceitou, pois eu iria trabalhar meio período, conforme me facultava a lei por estar cursando a universidade. Permaneci nesta creche um único dia por meio período e não tive contato com as crianças. Nesta época outro homem teve problema em trabalhar nesta creche, pois a comunidade fez um movimento para que ele não trabalhasse neste local como monitor. Éramos os primeiros a desempenhar esta função em Campinas e a estratégia da administração municipal foi de nos deixar de volante nas NAEDs”.

Sobre esta atitude Sayão (2005) comenta que os homens tendem a sofrer maiores pressões tanto em direção a outras ocupações, quanto no sentido da ascensão na carreira, quase sempre para deixar a sala de aula e ocupar cargos administrativos. Percebemos este movimento no Monitor 1 que logo no início da sua carreira é designado a executar trabalho burocrático como auxiliar administrativo

A estratégia de deixar os homens em trabalho burocrático veio minimizar as dificuldades de sua inserção na Educação Infantil. Para este monitor foi de encontro a sua segunda opção ao prestar o concurso público:

“No meu caso por causa de jornada especial de estudante fui deslocado para a função de auxiliar administrativo no setor de Educação na NAED Sul. Permaneci neste setor por dois anos. Neste tempo terminei a faculdade de Turismo (2002) e iniciei outra graduação em Ciências Religiosas (concluído em 2006) procurando aprimorar minha atuação junto ao movimento de leigos da Igreja Católica.”

No seu primeiro contato como funcionário público na creche destaca o incomodo que sentiu ao ser observado furtivamente pelas demais funcionarias enquanto aguardava a diretora:

“As funcionárias passavam próximas a secretaria como se fossem fazer algo para me conhecerem, observavam, sorriam, faziam comentários entre si.”

As curiosidades acerca do novo monitor extrapolam a sua função e sua dimensão “pública” e a competência para exercer o cargo. Também diz respeito à sua

aparência física, à vida privada, como mostrando indícios de certa sensualidade envolvendo comentários sobre sua aparência física e opção sexual.

O entrevistado não relatou situações de discriminação pelo fato de ser homem, por parte de suas colegas e superiores, embora falasse em “curiosidade”, “estranhamento” e de “desconfiança” de pais e mães.

Mas essa atitude das famílias foi apresentada como “inicial” e “superada através da relação de respeito com as crianças pequenininhas e a com suas famílias, conquistada com o trabalho sério. Sobre este tema Bononi comenta:

“Compartilhar com adultos o crescimento e a educação de uma mesma criança pequena envolve a prática de uma dinâmica relacional complexa. A criança como objeto comum de cuidado e atenções, mas também de expectativas e avaliações, é fonte de um tipo particular de experiência conflitante entre os adultos”. (Bononi, 2001, p. 161)

Continua o Monitor 1:

“Quando iniciei o trabalho no berçário este ano 2009, alguns pais me olhavam desconfiados. Alguns chegaram a questionar minha presença na sala ou na direção da creche. Outros apoiaram a iniciativa de ter homem cuidando das crianças. Uma mãe comentou que isso era bom para as crianças que não convivem com os pais, outra que eu era exemplo para os pais cuidarem da higiene de seus filhos e filhas. Não me vejo como substituto da figura paterna. Trago para as crianças a oportunidade de conviver com a figura masculina que pode estar distante na sua família mais como um amigo ou um tio, não pai. Nem todo pai que brinca e que troca seu filho tem uma intencionalidade educativa nas suas ações. Eu tenho.”

Laureano (2007) relata em sua pesquisa realizada com monitoras de Educação Infantil da Rede Municipal de Campinas sobre a confusão “entre o que é ser mãe e profissional de creche” encontrada nas cartas escritas pelas monitoras que formaram seu grupo de observação. Esta confusão de ser pai ou profissional não aparece na fala do nosso Monitor 1 que afirma sua condição de profissional, apesar de não se opor ao tratamento de “tio”, termo que utiliza no dia a dia da creche.

Como observou Ávila (2002) em sua pesquisa, notamos no depoimento deste monitor uma transição na concepção do trabalho realizado na creche passando por uma visão assistencialista, qual seja, a de suprir carências, no caso, a da figura paterna, apesar de não se opor ao tratamento familiar “tio e tia”. Esses termos ainda fazem parte do vocabulário usado pelas famílias e por um grande número de profissionais da creche sejam eles professoras, agente de apoio, equipe gestora, perueiras ou monitoras.

Freire (1993) em sua análise sobre a utilização do termo “tia” como substituto de professora, nos alerta para as implicações que o termo traz, como o de contribuir para uma compreensão distorcida sobre a tarefa profissional da professora e a ideologia repousada na falsa identificação:

“A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma inocente armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora, o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta, entretê-la no exercício de tarefas fundamentais” (Freire, 1993, p.25).

Percebemos que a ampla divulgação desse tratamento considerado por muitos profissionais como carinhoso, acaba por anular a própria identidade da professora e das monitoras e de sua postura profissional, percebemos que as vezes as famílias não sabem seus nomes e sua figura de mulher se confunde com a figura maternal da ‘tia’ da escola, que conseqüentemente, não necessita de muita formação.

Essa referência ao “mito de um amor parental” não existe na realidade e contribui para que não haja reconhecimento profissional dos profissionais da educação. Tedrus (1998), atribui esse fenômeno do tratamento “tio” ou “tia” ao processo de distanciamento real, espacial e social dos tios e tias biológicos, marcando uma transformação na intensificação/distância dos contatos que se verificavam nestes laços afetivos (apud Ávila 2002, p. 92).

Carvalho (1999) esclarece que de acordo com a perspectiva analítica da sociologia e da psicologia estas concepções foram construídas sob os argumentos de que as

personalidades femininas são formadas desde cedo a partir de noções de relacionamento atreladas ao cuidado levando-as a sentir-se responsáveis pela manutenção das relações e pela prestação de serviços, características centrais em nossa concepção de feminilidade. As tarefas de cuidar e educar são tarefas profissionais que exigem criatividade e competência científica. Podemos perceber que a preocupação com o trabalho pedagógico se faz presente nas atividades do Monitor 1 e que ele tem claro quais intenções educativas tem nas atividades propostas junto às crianças.

O envolvimento político partidário, sua segurança em falar em publico, participar dos grupos de formação e ter trabalhado como atendente na NAED Sul contribuíram para torná-lo conhecido e respeitado na rede municipal de campinas.

“Nos grupos de trabalho quando precisávamos expor as atividades, nas festinhas de despedida das colegas de trabalho, nas comemorações da creche sempre me escalavam como representante e mestre de cerimônia. Minhas colegas diziam: você é homem se sai melhor para falar em público.”

Para melhor compreender a cultura da creche e ir se familiarizando com ela nosso entrevistado fez a seguinte opção:

“Optei em participar de cursos oferecidos para monitores e professores os Grupos de formação, mais um local de estranhamento da minha escolha profissional. Nestes locais Ouvindo as conversas das monitoras fui me familiarizando com a profissão e aprendendo a respeitar essas mulheres.”

Sayão (2005) observou a utilização de estratégias para sobreviver e manter-se na carreira feita pelos professores homens

“é preciso uma observação detalhada do trabalho de outras profissionais e uma adesão às práticas mais comuns presentes na cultura da creche” (Sayão, 2005, p.138).

Esta estratégia de participar dos grupos de estudo e a oportunidade de conviver com as monitoras como auxiliar administrativo mostrou-se útil no seu processo de aceitação:

“Permaneci neste setor por dois anos. Em 2004 escolhi trabalhar na creche que a colega readaptada trabalhou e neste tempo já conhecia muitas das funcionárias e teoricamente o serviço que deveria realizar. Foram poucos os homens que prestaram este concurso e permaneceram no cargo.”

Williams (1993) demonstra que, mesmo em profissões consideradas femininas, permeiam representações de que os homens são melhores ou mais competentes do que as mulheres. Nesse caso, a *performance* oral faz com que nosso entrevistado seja escolhido por suas colegas para representá-las nas exposições de seminários, datas comemorativas, representante do conselho de escola e sindical.

Outra situação semelhante vemos as mulheres cozinheiras no dia a dia dividindo esta tarefa com nosso entrevistado em ocasiões especiais:

“Gosto de cozinhar e nas horas vagas trabalho com cerimonial. Este fato é conhecido de minhas colegas de trabalho que pedem minha ajuda na organização de suas festas particulares e nas da creche também.”

Na creche em situações de confraternizações é ele quem prepara o cardápio e ajuda a executá-los auxiliado por suas colegas que se encarregam das compras e de lavar e picar os alimentos.

A masculinidade está geralmente associada à competência no trabalho e à superioridade hierárquica de homens que dominam a imensa maioria das profissões inclusive a de *chef* de cozinha tarefa comumente desempenhada por mulheres no dia a dia sem valorização social.

O fato de estar sempre participando da formação, ser ativo nos eventos do sindicato e na unidade onde trabalha, e a tradição política partidária de seus familiares levaram nosso entrevistado a dedicar-se a esta atividade:

“Sou filiado a um partido político, o PTN, e já me candidatei a vereador em duas eleições (2004 e 2008). Como funcionário público comecei a participar dos movimentos reivindicatórios propostos para a categoria pelo sindicato dos Funcionários Públicos Municipais, como a luta pela redução da jornada de trabalho, campanhas salariais e estudos para o reconhecimento da função de monitor infantil como profissão. Em 2007 participei da eleição do sindicato e minha chapa foi a vencedora. Assumi o cargo de diretor sindical até 2008, quando me afastei para ser candidato a vereador.”

Meus objetivos profissionais: continuidade no cargo?

“No início não tinha a pretensão de ficar no cargo, após a faculdade de Turismo, fiz a faculdade de Teologia Pastoral, me candidatei duas vezes a vereador e me afastei um tempo para exercer o cargo de diretor no Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais. Agora, após este tempo na profissão, participando dos movimentos reivindicatórios para seu reconhecimento, da luta pela redução da jornada, campanhas salariais, colaborando na implementação das políticas afirmativas no CEMEI em que trabalho, no respeito que venho recebendo dos colegas pais das crianças, penso em ficar. Em 2007 iniciei o curso de Pedagogia.”

4.2. Qual sua experiência com crianças pequenas? ...melhor ficar com as crianças maiores – Monitor 2

“Minha experiência com crianças pequenas era a de conviver com o sobrinho de minha namorada que tinha 3 anos., em 2007 quando iniciei meu trabalho na creche. Diante deste fato a equipe gestora desgnou-me para trabalhar no ag. II com as crianças mais velhas.”

“Nasci e me criei em São Paulo, capital. Sou o mais novo de três filhos e o único homem. Meu pai, já falecido, foi militar da PM e à minha mãe, coube o serviço da casa e a orientação no cuidado com os filhos. Tenho 28 anos, sou casado há um ano e ainda não tenho filhos. Estudei em colégio confessional e faculdade privada. Na graduação fiz um ano de Jornalismo e depois Biologia (concluído em 2005). Este ano concluí (2009) Especialização em Gestão Ambiental aqui em Campinas, cidade em que resido desde 2007. Na adolescência, junto com amigos, trabalhei como DJ animando festas,

depois como Call Center em companhia de telefonia e como Professor substituto no Ensino Fundamental (5ª e 8ª séries) em colégio particular em São Paulo, o mesmo em que estudei.”

A chegada do Monitor 2 na Educação Infantil se deu por algumas razões bem racionais assim como o nosso primeiro entrevistado:

“O salário, a jornada de seis horas, a proximidade com a cidade de São Paulo, local de residência da minha família, minha namorada morar aqui, ter oferta de vagas para curso de especialização nas instituições de ensino da cidade, foram fatores que me levaram a prestar o concurso”.

Seu trabalho na Educação Infantil foi precedido pela docência com crianças (5ª e 6ª séries) do Ensino Fundamental em escola particular em São Paulo.

“A experiência não foi muito boa, pois a garotada estava em constante ebulição, o colégio exigia disciplina rígida, tinha muito conteúdo a desenvolver e aliado a minha inexperiência de professor iniciante foi muito difícil”.

A chegada na creche e a sua inserção no trabalho foram lembradas pelo nosso segundo entrevistado que atribui ao fato das mulheres terem trabalhado com outros homens a sua pronta aceitação:

“Na creche em que fui trabalhar já havia outro homem exercendo a função de monitor. Ele estava ausente, pois fora eleito diretor do sindicato, mas atribuo ao fato de estarem familiarizadas com o trabalho masculino, a minha aceitação pelo grupo. Eu não era o primeiro. As queixas só surgiam de algumas colegas quando necessitava deslocar uma monitora para cobrir faltas em setores de criança de fraldas, pois a direção achou por bem que eu não atuasse nestes agrupamentos. Ai tinha um grupo de colegas que se manifestava contrário a esta medida. Mas nunca fui hostilizado por isso nos dois anos que ai trabalhei.”

Vemos nesta fala que um grupo de funcionárias reivindicava igualdade de condições de trabalho, porém a inexperiência no cuidado com crianças pequeninhas, sua pouca idade, e o estranhamento dos pais levaram a equipe gestora a adotar medidas para o bom andamento do serviço como na escolha da sala em que o Monitor 2 iria atuar, como explica a diretora:

“Quando ele chegou, conversamos e percebi que tinha menos idade do que os demais funcionários e era inexperiente no trabalho com crianças pequenas. Sua única experiência com crianças vinha de um sobrinho de três anos com quem convivia. Então, para o bom andamento do serviço, designei-lhe uma sala de crianças desta idade onde ele trabalharia com duas professoras experientes.”

Notamos que neste processo seletivo a idade dos aprovados que escolheram a creche pesquisada como local de trabalho era de fato menor dos que a dos demais funcionários e que a escolaridade era maior, porém sem formação específica para atuar com crianças pequenininhas. Dos cinco contratados quatro tinham formação acadêmica: um em biologia, duas em pedagogia e uma cursava psicologia, Este cuidado de escolher salas de agrupamento II (crianças maiores) para os jovens que chegavam foi adotado também para as mulheres, deixando os berçários a cargo de funcionários com mais tempo de serviço.

Sem ter conhecimento teórico e prático nos quais pudesse se basear para o trabalho, nosso segundo entrevistado utiliza suas vivências e repertório cultural como ponto de partida da sua atuação:

“Uma das primeiras impressão que tive ao chegar foram os parques arborizados que cercam a creche, o chuveirão e a casa da boneca. Pensei: que lugar legal para brincar com as crianças! Quando era criança gostava muito de parquinho de brincar com água, pipa e bola.”

Percebemos que o monitor identifica o espaço da creche como um lugar que convida a brincadeiras onde as lembranças de sua própria infância são utilizadas para atribuir significados a esses locais e como critério de julgamento para algumas necessidades das crianças. Sayão (2005) revela que essas lembranças e vivências, do campo privado se misturam na vida pública, não como cópia do privado, mas como momentos que marcaram a nossa vida, e que em determinadas circunstâncias deslocamos essas vivências para a nossa prática com as crianças.

Em relação ao trabalho pedagógico, revelou que ser monitor o deixava seguro, pois o planejamento das atividades era feito junto com as professoras com quem diz ter aprendido :

“Neste início na Educação Infantil trabalhei com duas professoras e elas me ensinaram muito, recordei muitas músicas, brincadeiras e

histórias infantis. Fui muito bem acolhido por todos e logo fui compreendendo o ritmo da turminha.”

A formação em trabalho para os monitores contratados em 2007 deu-se em dois dias de curso o qual muitos dos contratados freqüentaram depois de um período exercendo a função. O curso preparado pelas orientadoras pedagógicas da rede municipal de Campinas iniciou-se em março e foi ministrado ao longo do ano de acordo com o numero de pessoas que eram contratadas aos poucos.

A medida que as pessoas iniciavam o trabalho na creches, as datas eram marcadas de maneira a aglomerar determinado numero de participantes. Este fato levou muitas pessoas a “iniciarem o trabalho antes de participarem do curso e outras o faziam sem conhecer a realidade da creche”, comenta Álvares (2009, p. 32).

Após a participação neste mini cursos as dúvidas surgidas eram sanadas no dia a dia e nas reuniões de formação previstas no projeto pedagógico das unidades de Educação Infantil.

O Monitor 2 revelou que os conhecimentos conquistados por meio da convivência e das trocas com as colegas de trabalho são os que mais contribuíram na construção de sua pratica docente, pois a formação em serviço neste inicio de carreira, segundo ele foi muito superficial.

Para compreender as múltiplas relações que se estabelecem na creche e no embate de diferentes culturas das pessoas que ali atuam a preocupação com a formação deve ser constante possibilitando a reflexão e atuações mais seguras como comenta Kramer:

“atuar com crianças, jovens e adultos, significa ou exige garantias e respeito á diversidade cultural, étnica, religiosa e etc., combatendo a desigualdade social. Aprendo com professoras e crianças que precisamos evitar o pressupor... “(Kramer, 2005, p.128-129)

Só em janeiro de 2008 com a prorrogação dos contratos por mais um ano letivo os monitores participaram de um curso de formação com maior duração, “Auxiliar de

creche/cuidador de criança”²¹, promovido pelo Centro de Formação Profissional de Campinas Prefeito Antonio de Costa Santos, ministrado por uma equipe “que não tinha vínculos com a prefeitura a não ser pelo fato de serem contratadas temporariamente para ministrar o curso” (Álvares, 2009, p. 42).

“Este curso agregou pouco conhecimento a minha atuação, muitas das palestrantes não conheciam a realidade da creche. Até o nome do curso era estranho: “cuidador de criança”? Não é só isso que nos era exigido”.

A falta de conhecimentos sobre a realidade da Educação Infantil municipal de Campinas e do nível de formação dos monitores a quem se destinava o curso foi constatada por Álvares:

“os conteúdos e metodologia utilizados no curso estavam perceptivelmente baseados no nível de escolaridade exigido para assumir o cargo que é ensino médio sem a modalidade normal” (Álvares, 2009, p.52)

Os conhecimentos dos contratados não foram considerados, fato que poderia ter enriquecido as discussões e reflexões. O comentário que nosso entrevistado faz a respeito do nome dado ao curso nos faz pensar no seu crescimento profissional e na formação que adquiriu na prática conseguindo perceber que o cuidado e o educar caminham juntos na educação das crianças pequenas.

Quanto aos seus objetivos profissionais, diz o Monitor 2:

“Trabalhei como monitor temporário por dois anos. Prestei o concurso para efetivação nesta função, mas não passei. Nesta época já estava terminando um curso de Especialização em Gestão Ambiental e comecei me interessar pela área de Segurança do Trabalho. Este ano iniciei o curso de Técnico de Segurança do Trabalho e estou estagiando nesta área em uma empresa da região de Campinas. Não tenho pretensão de atuar como docente”.

²¹ O genérico masculino foi usado por ser assim denominado o curso em questão.

4.3 Quando cheguei ao CEMEI vi que tudo era bem diferente – Monitor 3

“Tenho 31 anos, sou solteiro sem filhos. Nasci na cidade de Simplício Mendes, no estado do Piauí, cidade em que residi até os 16 anos. Venho de uma família de oito irmãos, onde sou o sétimo filho. Fiquei órfão de pai e mãe muito cedo. À procura de oportunidade profissional e de estudo, mudei-me para a cidade de Osasco, em São Paulo, onde meus irmãos se encontravam. Concluí nesta cidade o Ensino Médio em escola pública, em 1999. Comecei a trabalhar aos 18 anos como auxiliar de produção em diversas fábricas: química, gráfica e alimentícia. No ano de 2000, ingressei na faculdade de Letras, que tanto sonhava. Era a profissão que havia escolhido desde o Ensino Fundamental, mas só consegui cursar um semestre, devido a questões financeiras. Em meados do ano de 2002, mudei para a cidade de Valinhos, onde estavam alguns de meus irmãos mais velhos. Em 2004 comecei novamente a faculdade de Letras, através de bolsa obtida no programa do governo estadual “Escola da Família”²² em uma universidade conveniada na cidade de Campinas. Trabalhava aos fins de semana numa escola estadual de Valinhos onde era responsável pela abertura da escola e também dava aulas de reforço de língua portuguesa aos alunos.”

Como o Monitor 3 chegou à creche:

“Em busca de estabilidade financeira prestei o processo seletivo promovido pela Prefeitura de Campinas em 2008 para dois cargos: agentes de Educação Infantil - que oferecia um maior número de vagas para efetivação (678 vagas) - e professor adjunto²³ II, cargo recém criado na rede de educação de Campinas (31 vagas para adjunto de Língua Portuguesa). Não fui aprovado para professor então resolvi assumir o cargo de agente de Educação Infantil até ser chamado para substituir nas escolas estaduais onde há alguns anos tenho conseguido aulas só no meio do ano letivo. Assumi pensando em me exonerar assim que conseguisse aulas no Estado.”

Ser professor era um projeto do nosso terceiro entrevistado desde sua infância, aliado ao fato de ser o primeiro a cursar uma universidade dentre seus irmãos. Por estes motivos sempre recebeu apoio de seus familiares, tendo assim sua escolha profissional um significado simbólico maior do que a precariedade da remuneração e

²² Programa destinado a estudantes que cursaram o Ensino Médio na rede pública paulista (estadual ou municipal).

²³ De acordo com o edital, o professor adjunto trabalhará na unidade escolar substituindo o docente, ou no desenvolvimento de atividades referentes à do professor, todos os dias da semana, no período escolar inteiro em que lhe for atribuída a carga horária.

condições de trabalho oferecidas pela profissão de professor. O forte desejo de ser professor o impulsionou para algumas tentativas de trabalhar na área, mesmo sem ter a formação específica, pois ainda cursava a graduação, conseguindo ingressar no magistério:

“Atuei no Ensino Fundamental desde o segundo semestre de 2005, ainda cursando a graduação como ocupante de função atividade na Rede Estadual. Depois de formado em 2007 e 2008 continuei trabalhando ora como eventual ora como ocupante de função atividade.”

O Monitor 3 relata que durante o período que desempenhou a função de docente no Estado, dependia da ajuda financeira de seus irmãos, pois só conseguia aulas na Rede Estadual no meio de ano letivo. Devido à sua opção, rompeu em parte com o padrão de “homem provedor” socialmente esperado pois necessitava de ajuda da família para se manter.

Carvalho (1998) revela que para a maioria dos homens na educação, as questões de estabilidade financeira, bem como o desejo de ascensão social, são fatores relevantes. Este fato foi comentado pelo nosso entrevistado que nos disse sentir-se orgulhoso de ser docente e de tentar várias formas de vencer as dificuldades encontradas buscando concluir sua formação acadêmica com a crença de que ela poderia significar ascensão profissional, econômica e independência financeira de seus irmãos, fato que o incomodava.

Embora o desejo de ser professor seja muito maior que o desejo de ascensão social, a possibilidade de estabilidade financeira, fez com que deslocasse o eixo de seus projetos profissionais, admitindo com tranqüilidade o exercício da profissão de monitor na Educação Infantil. Embora este nível de ensino não fosse sua meta, aceitasse este desafio:

“Cheguei à creche num dia de reunião e planejamento no início deste ano, sem muitas apresentações. As discussões eram sobre horários de parque, refeições, banheiro, a acolhida das crianças e famílias. Minha primeira impressão foi de estar no lugar errado, não entendia a importância que todos atribuíam à organização do espaço”.

Nosso entrevistado vem para a creche com seus conhecimentos de professor do ensino fundamental, esperando encontrar em uma reunião de planejamento, discussões sobre conteúdo, procedimentos e atividades. Seu estranhamento é visível na sua fala:

“Pensei que não ia dar conta, me senti um estranho no ninho. Só comecei a me sentir participativo na reunião quando foi apresentado o filme ‘Criança: a alma do negócio’ e as discussões que se seguiram após do filme.”

A importância da organização do espaço e do tempo na Educação Infantil lhe era ignorada e este fato faz com que se sinta deslocado, sem compreender neste momento que a organização do espaço físico das instituições de Educação Infantil como um elemento educador onde “a pedagogia faz-se no espaço e o espaço por sua vez consolida a pedagogia” (Faria, 2000, p.70)

A estruturação do espaço pode levar em consideração todas as dimensões humanas potencializadas nas crianças:

“A estruturação do espaço físico, a forma como os materiais estão dispostos e organizados influenciam os processos de ensino e de aprendizagem e auxiliam a construção da autonomia, da estabilidade e da segurança emocional da criança.” (Faria, 2000 p. 70)

Porém, convivendo com a rotina da creche, nos diz:

“Hoje começo a entender a importância daquela discussão sobre espaço que no início achei tão supérflua”.

Sem repertório algum para o trabalho com as crianças pequenas o monitor se apóia nas práticas das funcionárias mais velhas:

“Nestes primeiros meses a experiência das colegas monitoras foi de grande ajuda para exercer meu cargo. Me senti apoiado e ajudado por elas. Julgo ter um bom relacionamento tanto com as colegas e não percebi nenhuma resistência por parte delas por ser homem e dividir a tarefa de educar e cuidar das crianças.”

O relato do Monitor 3 nos revela o quanto a ajuda do outro é importante para qualquer situação de aprendizagem, e o quanto o ambiente da creche é rico na diversidade humana. Conforme afirma Álvares:

“A creche é um espaço de diversidade, no qual convivem pessoas com diferentes culturas e concepções.” (Álvares, 2009, p.25)

Na creche podem ocorrer as mais diversas situações de aprendizagem e também as mais ricas tanto para os adultos como para as crianças:

“Trabalhei nestes primeiros meses com uma monitora experiente que muito me ajudou. Após fixar o horário de trabalho esta monitora optou por trabalhar de manhã e hoje faço dupla com outra monitora com quem me entendo bem havendo uma boa compreensão das tarefas que devemos desempenhar.”

Em relação às crianças relata:

“Senti-me e sinto-me acolhido pelas crianças, que são carinhosas, dependentes e procuram retribuir a atenção dada a elas. No decorrer dos dias, fui criando um vínculo afetivo com elas, me sentindo um pouco pai delas, já que passam tanto tempo na creche.”

Nosso entrevistado relata o carinho que recebe das crianças e do sentimento afetivo que tem para com elas como se elas fossem seus filhos (as). Diferente do Monitor 1, com mais tempo de profissão e participante de cursos de formação continuada, o terceiro entrevistado se sente um pouco pai das crianças, mostrando seu pouco conhecimento na área da Educação Infantil o que o leva a recorrer ao senso comum e à afetividade, sem compreender ainda

“que a educadora não é o substituto materno, mas um pólo externo à família, aliado e não rival dos pais” (Mantovani e Terzi, 1999, p. 108).

Mantovani e Perani (1999) apontam que o fato de apoiarmos nas nossas vivências particulares como ponto de partida para nossa atuação profissional é característico na construção do perfil dos docentes que trabalham principalmente na Educação Infantil.

“Este confronto com as experiências da maternidade e a paternidade são atitudes que estão na construção individual de cada professora de creche, e nestas relações começam a ser tecida a construção da docência na Educação Infantil.” (Rigoto, 2005,)

Vemos este movimento de construção de sua identidade profissional no nosso terceiro entrevistado que tem somente dez meses de profissão.

“Na hora da escolha do local de trabalho na SME, só foi dito muito superficialmente sobre as funções e atribuições do cargo. Assumi sem saber direito como seria o meu trabalho na Educação Infantil. Quando cheguei ao CEMEI vi que tudo era bem diferente.”

Diversamente do Monitor 2 que ao chegar na Educação Infantil em 2007 recebeu dois dias de curso de formação, as 678 monitoras contratadas e efetivadas em 2009 não receberam nenhuma formação sistemática para exercer o cargo. Participaram somente das reuniões de formação e de integração nas creches, que foram todas utilizadas em agosto, sem muito planejamento por conta da epidemia da gripe H1N1 e a suspensão das atividades com as crianças. Foi neste momento que a Secretaria Municipal apresentou aos seus profissionais uma nova Proposta Curricular de Educação Infantil, documento com características diferentes das encontradas no Currículo em Construção da PMC/SME/CEDI, documento que norteia os trabalhos da Educação Infantil em Campinas até então.

Desde sua chegada na creche, o Monitor 3 envolveu-se ativamente nas questões político-sindicais, nos debates sobre a melhoria das condições de trabalho, participando, inclusive, da greve da categoria deflagrada em maio de 2009, mesmo estando em período probatório, pois era recém contratado.

“Minha participação sindical vem desde o tempo de auxiliar de produção em Osasco. Quando fui professor na rede pública estadual filiei-me à APEOESP e, agora, sou filiado ao sindicato dos funcionários públicos municipais de Campinas. Participar do movimento sindical também foi importante para minha formação e crescimento profissional.”

Sua intervenção nesse âmbito e suas posições questionadoras e reivindicatórias são atitudes aprendidas desde seu tempo de operário. Sua disponibilidade de representar seus pares junto ao sindicato deixa as monitoras seguras, pois ele sempre trás notícias das reuniões sindicais e discute suas idéias com o grupo.

Em relação aos seus objetivos profissionais, apesar de ter assumido o cargo de monitor, nosso entrevistado tem a intenção de prestar outros concursos públicos para professor de Português:

“Pretendo voltar a trabalhar com alunos de Fundamental II e de Ensino Médio, como professor de Língua Portuguesa, mediante a possibilidade de estabilidade (concurso público municipal ou estadual e até escola particular). Gostei muito de trabalhar com os meninos e meninas adolescentes. Sem isso, continuarei na Educação Infantil como monitor, pois há estabilidade e a possibilidade de continuar aperfeiçoando meus estudos, para poder chegar onde pretendo, ser professor universitário”.

4.4 Procurando pontos em comuns

Percebemos que exercer a função de monitor de Educação Infantil não foi a primeira escolha profissional de nossos entrevistados que optaram tardiamente pelo trabalho na educação tendo percorrido anteriormente outras opções profissionais. Esta escolha se deu de maneira circunstancial para nossos entrevistados; o Monitor 1 nos fala de “sua escolha estratégia pelo número de vagas oferecidas, o Monitor 2 da possibilidade de continuar seus estudos e ter um salário considerado por ele muito bom, e o Monitor 3 que a escolha de prestar o processo seletivo para agente de Educação Infantil foi em busca de estabilidade e segurança provisória até conseguir aulas nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio.

Williams (1995) salienta que homens que ingressaram em profissões tipicamente femininas não possuíam esta aspiração desde a infância ou, pelo menos, não relatavam que seu desejo era proveniente de aspirações infantis. Uma possível explicação fornecida pela pesquisadora é dada pelo fato das crianças vigiarem umas às outras quanto às opções de gênero (apud Sayão, 2005, p.70).

Nossos entrevistados fazem planos para o futuro mais amplos envolvendo atividades fora de sala de aula ou outra carreira. Percebemos no monitor1 o desejo de seguir a carreira política como parte de seus projetos para o futuro, pois é diretor do sindicato municipal, atua ativamente em projetos eclesiais, movimentos étnicos e é filiado a um partido político (PTN). Em uma das entrevistas nos revelou que a área de

educação tem despertado seu interesse. As lutas que participa enquanto membro da diretoria do Sindicato para a regulamentação da profissão de monitor aponta a necessidade de formação em Pedagogia, conforme lei federal LDB 1996, iniciando em 2008 o curso a distancia de Pedagogia.

O Monitor 2 não pretende exercer cargos ligados a educação. Está fazendo curso Técnico em Segurança do Trabalho e faz estágio remunerado nesta área. Pretende exercer esta profissão e usar os conhecimentos de biólogo e a especialização em gestão ambiental como diferencial nesta nova profissão em empresas privadas.

O Monitor 3 pretende continuar na área de educação, porem trabalhando no Fundamental II e no Ensino Médio como professor de língua Portuguesa esperando se efetivar num próximo processo seletivo municipal ou estadual, pois a estabilidade de um cargo publico, é uma de suas preocupações.

Esses momentos iniciais da chegada do monitor na creche são precedidos de imagens e idéias pré-concebidas por aquelas que há tempo exercem esta função e que se expressaram em comentários como: “Cuidar de criança não é fácil! Quero ver se ele dá conta quando tiver que trocar, limpar e dar comida.”

Esta aposta naquilo que supostamente “não vai dar certo” era acompanhada por uma série de testes que podiam se restringir desde o conhecimento para tratar com crianças ao “jeito” de lidar e quanto às opções sexuais do professor.

Para desconstruir esta lógica, um movimento importante é justamente, demonstrar para o grupo de funcionárias que nenhuma forma de sexualidade (e também de vivência dos gêneros) é natural ou espontânea, mas que, em vez disso, todas são produzidas, ensinadas e “fabricadas” ao longo da vida, através de muitas pedagogias familiares, escolares, culturais, através de muitas instâncias e práticas.

“Nada há de puramente natural. e dado em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura”. Louro, (2008 p.18)

Assim como “ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” ninguém nasce homem, mas se faz homem ao longo da existência.

O ritual de passagem e acolhimento comentado por Sayão é visível nos depoimentos dos nossos entrevistados. Os três destacaram o importante papel que tiveram algumas colegas de trabalho em sua aceitação no grupo e na formação em trabalho:

“Esta monitora readaptada me falava das tarefas deste cargo, do que era bom e ruim. Ela foi aos poucos me apresentando a outras monitoras suas amigas como um colega de profissão.”(Monitor 1)

“Neste início na Educação Infantil trabalhei com duas professoras e elas me ensinaram muito, recordei muitas músicas, brincadeiras e histórias infantis.” (Monitor 2)

“Fui acolhido no setor e designado a trabalhar com uma monitora mais experiente. Foi ela que me guiou no início da profissão. Ela já tinha experiência em trabalhar com monitores.” (Monitor 3)

Percebemos que foram algumas monitoras mais velhas de profissão que apadrinham estes recém chegados ajudando na sua aceitação pelo grupo.

Uma das hipóteses que levantamos sobre esta acolhida apesar do descontentamento inicial as mulheres em trabalharem com os homens se deve ao fato de que desde 2007 o edital de organização das turmas vem diminuindo a faixa etária das crianças e mantendo o mesmo numero de adultos o que torna o trabalho mais desgastante. A idade de crianças consideradas de Agrupamento II atualmente é de 1 ano e 7 meses até 3 anos. Na proporção de 15 crianças por adulto.

No concurso temporário de 2007 só seriam contratados 550 para Monitor de Educação Infantil. Segundo informações da coordenadoria para as diretoras se algum contratado pedisse demissão não seria feita nova contratação, o que dispôs as funcionárias em serviço a ajudarem na adaptação dos novos colegas.

Acreditamos que por terem que trabalhar com eles, iniciou-se entre as profissionais certa amizade, conhecendo suas histórias de vida e superação, por conhecerem a dinâmica de funcionamento da creche, o que facilita esse processo. As monitoras vão ajudando seus novos colegas neste “ritual de passagem.”

Badinter (1993) alega que a maternagem se aprende no fazer diário, o que a leva a crer que homens e mulheres são capazes de cuidar de crianças e isso depende de experiências provenientes de seu contexto sociocultural. Para a autora, os homens

maternam desde que haja interesse deles próprios e boa vontade das mulheres que estão próximas, tendo em vista que muitas delas resistem à divisão da maternagem negando-se a compartilhar esse poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil vem despertando o interesse dos homens como um novo campo de trabalho fato que em Campinas foi notado nos últimos concursos público realizados em 2007(contratação por tempo determinado) e 2008 (contratação por tempo determinado e efetivação) para o cargo de agente de Educação Infantil. A inserção dos homens num trabalho predominantemente feminino veio trazer inquietações e contribuições para um grupo já estabelecido.

Constatamos que o número de monitores efetivos na rede municipal de educação de Campinas é pequeno, o que nos leva a pensar que poucos são os homens que escolheram esse profissão de monitor de Educação Infantil por “vocação” ou “gostar de crianças pequenas”.

Diferentemente das mulheres a quem se atribui a maternidade como elemento facilitador do trabalho com crianças pequenas, os homens que entrevistamos nos faz creditar que foi a oferta de trabalho nesta área, a remuneração oferecida e a estabilidade de um cargo publico que o trouxeram para a Educação Infantil.

Cabe esclarecer que os salários oferecidos²⁴ e a jornada de trabalho de seis horas diárias é convidativo comparado a outros cargos com maior jornada e que exigem a mesma escolaridade encontrada nos editais dos concursos para agentes de Educação Infantil realizados em 2007 e 2008, isto é, o segundo grau sem a modalidade Normal.

Constatamos que ser monitor não foi “a primeira” opção profissional de nossos entrevistados e que a sua permanência nessa etapa de educação parece-nos transitória. Nosso primeiro entrevistado, apesar de afirmar o desejo de continuar no cargo, tem pretensões políticas sindical e partidária; o segundo entrevistado, está cursando e estagiando em outra área de conhecimento, a de Técnico de Segurança

²⁴ Salário de R\$ 1.252,25, auxílio alimentação, no valor de R\$ 400,00 e vale-transporte.

do Trabalho; e o nosso terceiro entrevistado, tem como meta trabalhar como professor de Ensino Fundamental II, Médio e Superior.

Com relação à escolaridade destes profissionais notamos que os homens por terem ingressado nos últimos concursos públicos que tinham nos seus editais a exigência de Ensino Fundamenta I (2002) e Ensino Médio (2007 e 2008) apresentam uma escolarização maior que muitas das mulheres que exercem a docência há muitos anos na creche, quando o critério de contratação mais comum não era a escolarização e sim que gostar de crianças. Fato ocorrido antes da exigência da lei Constitucional de 1988 que institui o concurso público para provimento de cargos.

Ter mais escolaridade não torna as monitoras e monitores contratados recentemente mais capazes de lidar com os desafios dos cuidados, educação e imprevistos presentes na educação das crianças pequenas em ambientes coletivos como a creche, pois não trazem consigo, assim como as monitoras e professoras as competências exigidas dos profissionais para atuar com crianças pequenas.

Álvares (2009) constata em seu TCC a aprovação de candidatos com formação acadêmica diversas para exercer o cargo de agente de Educação Infantil fato que percebemos no CEMEI pesquisado onde as monitoras efetivadas são formadas em Fisioterapia, Letras, Enfermagem e algumas pedagogas que trazem para a creche suas vivencias históricas e sociais.

Concordamos com Búfalo (1997) que, o convívio com as diferenças entre as profissionais da Educação Infantil, na convivência com as crianças possibilita a construção da pedagogia do confronto, em que não só as crianças produzem culturas e conhecimentos, mas um espaço para a educação dos adultos.

Acreditamos que a formação inicial e em serviço é importante e contribui para contrapor à crença de que qualquer pessoa que possua disposição e que tenha tido algum contato com crianças possa educá-las profissionalmente. Assim como para os demais níveis do ensino, acreditamos que é preciso formação específica e continuada para que os profissionais possam desenvolver com qualidade o trabalho pedagógico respeitando as especificidades e singularidades de cada etapa da

educação básica. É necessário pensar nos direitos à formação e à profissionalização para que os adultos possam ter instrumentos teóricos e metodológicos para refletir sobre seu próprio agir individual e coletivamente junto às crianças e demais profissionais, junto às famílias das crianças e à comunidade na qual se inserem.

Vemos no edital para provimento de cargos que o governo municipal não se preocupou com as exigências mínimas de formação prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, distanciando as metas aí instituídas da nossa realidade. Este ano não houve investimentos na formação destes profissionais ingressantes de forma sistemática o que torna o trabalho mais difícil devido a complexidade e especificidades requeridas na educação e cuidado das crianças pequenas.

Com a procura de homens para exercer o cargo de agente educacional aumentou nestes últimos concursos, porém não são todas as unidades educacionais que já fizeram a experiência de ter monitores em suas equipes de trabalho.

Concordamos com Sayão que:

“A atuação de homens no cuidado das crianças pequenas parece ampliar a concepção do gênero porque confere outros sentidos à idéia reducionista de papéis/funções específicas para homens e mulheres, posto que docentes possam exercer o papel ou a “função materna” ampliando-a para a compreensão dos diferentes modos pelos quais o gênero opera estruturando o social e com isso resignificando a fixidez de tais papéis e funções.” (Sayão, 2005 p.193)

Percebemos que a presença masculina na creche pesquisada, cumpre este papel de desestabilizar um grupo constituído que se reorganiza para acolhê-los ajudando-os a se inserirem na organização da creche e nos cuidados e na educação dos meninos e meninas. Constatamos o estranhamento das famílias quando se deparam com um homem exercendo a função de monitor tendo dentre as suas tarefas o cuidado com o corpo dos pequenos, tarefa socialmente atribuída s mulheres.

Consideramos um aspecto importante que, na condição de profissionais, homens e/ou mulheres nos educamos nessa interação e isso talvez seja um aspecto fundamental que diferencia os cuidados domésticos dos cuidados realizados na

instituição. (Sayão, 2005, p. 204) é possível perceber que as mulheres, nesta convivência, também refletem e refazem sua forma de encarar o trabalho docente.

Concordamos com Cerisara que abrir espaço para que o homem possa lidar com o afeto, o sentimento, a maternagem é imprescindível assim como abrir espaço para práticas profissionais com feições masculinas dentro das instituições de Educação Infantil faz parte do movimento que busca a integração e a complementaridade entre feminino e masculino com vistas a colaborar para a ruptura das discriminações de gênero nas ocupações ligadas ao cuidado/educação das crianças de 0 a 6 anos e no próprio processo de socialização de meninos e meninas.

Bibliografia

ALVARES, Silmara H. *Novas atrizes no cenário da creche: um estudo sobre a inserção de monitoras de Educação Infantil em um CEMEI de Campinas*. Campinas, SP. TCC FE-UNICAMP, 2009.

ARCE, Alessandra. *Documentação oficial e o mito da educadora nata na Educação Infantil*. Campinas SP Cadernos de Pesquisa, nº 113, julho 2003.

ÁVILA, Maria José Figueiredo. *As professoras de crianças pequenininhas e o cuidar e educar: um estudo sobre as práticas educativas em um CEMEI de Campinas/SP*. Campinas, SP. Universidade Estadual de Campinas, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação).

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Trad. Anede Telles; RJ: Zahar Editores, 2001.

BONOMI, Adriano. O relacionamento entre educadores e pais. In: BONDIOLI, Anna; Mantovani, Susanna. *Manual da educação infantil de 0 a 3 anos.*: 9.ed. Porto Alegre ArtMed, p. 161-184, 1998

BÚFALO, Joseane Maria Parice. *Creche: lugar de criança, lugar de infância. Um estudo sobre as práticas educativas em um CEMEI de Campinas*. Campinas, SP. Universidade Estadual de Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília, DF: MEC; SEF; DPEF; COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil*. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI. 1994.

CARVALHO, M. P. de. Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. *Revista Brasileira de Educação*. nº 2, p. 77-84, Mai/Jun/Jul/Ago, 1996.

CAMPOS, Maria Malta. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. In: *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil*. Brasília: MEC, 1994, p.32-42.

____. A formação de professores para as crianças de 0 a 10 anos: modelos em debates. Campinas. UNICAMP *Educação e Sociedade*, nº68, p.126-142, 1999.

CAMPOS, S. S. Maria Cristina. *A associação da fotografia aos relatos orais na reconstituição histórico-sociológica da memória familiar*. In LANG Alice B. da Silva (Org.) reflexões sobre a pesquisa sociológica. São Paulo Ceru p 76. 1999.

CERISARA, Ana Beatriz. *Educadoras de Creches: entre o feminino e o profissional*. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado (Faculdade de Educação).

DEMARTINI, Zélia de B. F. Infâncias, Pesquisas e Relatos Oraís. In: FARIA, Ana Lucia G.; DEMARTINI, Zélia de B. F. e PRADO; Patrícia, D. (orgs). *Por uma Cultura da Infância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A Força da Periferia*. Petrópolis, RJ. Vozes. 1985.

FARIA, Ana Lucia Goulart. *Educação Infantil Pós LDB: Rumos e Desafios*. Campinas, SP: Autores Associados 2000. (2ª edição).

_____. *Direito à Infância: Mário de Andrade e os parques infantis para crianças de famílias operárias na cidade de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: FE/USP, 1993.

Tese de Doutorado (Faculdade de Educação).

_____. *Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da Educação Infantil* 2. Ed. Campinas: Edunicamp; São Paulo: Cortez, 2002.

FILIPPINI, Tiziana. O papel do pedagogo. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella e FORMAN, George. *As cem linguagens da criança* As cem linguagens da criança. A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, p.123-127.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'água, 1993.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001.

LAUREANO, Renata Esmi. *Práticas emancipatórias na formação das profissionais docentes de Educação Infantil*. Campinas, SP: PUCCampinas, 2007. Dissertação..

LOURO, Guacira Lopes. *gênero e sexualidade – as múltiplas “verdades” da Contemporaneidade*. Campinas, SP *Proposições*, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008

MANTOVANI SUZANA E NICE TERZI .A Inserção. In BONDIOLI, Anna; Mantovani, Susanna *Manual de Educação Infantil: de 0 a 3anos –uma abordagem reflexiva*. 9.ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 77-87.

_____ Susanna e PERANI, Rita. *Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância*. Campinas, SP: *Proposições*. nº.28, p. 75-98,1999.

NASCIMENTO, M. Evelyn. Os profissionais de Educação Infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. IN: FARIA, Ana Lúcia e PALRARES,

Marina (orgs). *Educação Infantil pós-LDB*. Campinas: Autores Associados, 4ª edição, 2003, p.101-120.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005

ROCHA, Eloisa. As pesquisas sobre Educação Infantil no Brasil. A trajetória da Anped (1990-1996). Campinas, SP: Proposições.nº 28, p.54-74, 1999.

ROSEMBERG, Fulvia, CAMPOS; Maria M. e VIANA, Claudia (orgs). *Formação do educador de creche: sugestões e propostas curriculares*. São Paulo, SP: Textos FCC. Departamento de pesquisas educacionais, Fundação Carlos Chagas, nº 8, 1992.

_____. Expansão da Educação Infantil e Processo de Exclusão. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, SP: Fundação Carlos Chagas, Ed: Autores Associados, Julho 1999.

_____. Educação Formal Mulheres e Gêneros no Brasil contemporâneo. In: *Revista de Estudo dos Feministas*, Florianópolis: SC. Ed. Mulheres. Vol.9. 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. Profissionais de creche. In: *Caderno CEDES*, São Paulo: nº 9, 1991.

SAPAROLLI, Eliana Campos Leite. Educador Infantil: Uma ocupação de gênero feminino. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica, 1997. Mestrado (Psicologia Social).

SAYÃO, Deborah Thomé – *Relações de gênero na creche: os homens no cuidado e educação das crianças pequenas*. G.T Educação das crianças de 0 a 6 anos - G.T. 07,UFSC,2005.

<http://www.anped.org.br/reunioes/25/posteres/deborahthomesayaop07.rtf> acesso em maio 2009

_____. *Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: um estudo de professores em creche*. (Tese de Doutorado). PPGE/UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VECCHI, Vera. O papel do atelierista. In: EDWARDS, Carolyn, GANDINI, Lella e FORMAN, George. *As cem linguagens da criança. A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, p.129-136.

VIEIRA, Livia. A formação Profissional da Educação Infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade de atendimento. Campinas, SP: *Proposições*. n.28, p. 28-39,1999.

Jornais

CRECHES: a solução está na participação comunitária. *Correio Popular*, 04/06/78, In Pasta 194 Hemeroteca da Biblioteca Municipal “Carlos Zink”

CECHES são insuficientes. *Correio Popular*, 19/10/80 In Pasta 194 Hemeroteca de Biblioteca Municipal “Carlos Zink”

Sites:Campinas.sp.gov.

http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=17644 acesso em 16/10/2009

http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=7916 acesso em 9/12/09

[.http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=22161](http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=22161) Aceso em 8/12/09

http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=7916 Aceso em 11/10/2009

HTTP:www.campinas.sp.gov.br .Diário Oficial Nº 9.763 - Ano xxxix. Suplemento. Classificação agente de educação infantil.

<http://www.unicentro.br/editora/revistas/guairaca/17/artigo%208%20forma%E7%E3o%20profissional.pdf> acesso em 08/11/2009 artigo de Magda Sarat Departamento de Pedagogia UNICENTRO, Guarapuava, Paraná

ANEXOS

Anexo A: Roteiro de entrevista

Nome:

Idade:

Estado civil

tem filhos

quantos?

idades:

Unidade educacional em que trabalha:

Formação escolar:

Trabalho exercido anteriormente:

Já trabalhou com crianças pequenas em outras situações? Quais?

Tempo de trabalho como monitor:

Com quais turmas já trabalhou?

Qual mais gostou de trabalhar? Por quê?

Qual conhecimento se apóia para fazer seu trabalho?

Recorre a leitura de documentos e livros de Educação Infantil?

Você participa dos cursos de formação oferecidos pela Secretaria municipal de Educação? Quais?

Tem acesso ao planejamento da professora?

Há reunião de setor sistemática na sala em que trabalha? Com que frequência ?

Como você avalia seu trabalho?

Aponte dificuldades encontradas no seu trabalho

Como se dá o relacionamento com as monitoras?

Como se dá o relacionamento com equipe gestora?

Como se dá o relacionamento com as crianças e suas famílias?

Você é sindicalizado?

Agente de Educação Infantil é algo definitivo na sua carreira profissional ou almeja outro cargo?

Anexo B

Prefeitura inaugura Nave-Mãe no DIC VI e inicia fim do déficit de vagas na pré-escola

15/10/2009,

Autor: Ingrid Vogl

A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME) comemora nesta quinta-feira, dia 15 de outubro, o Dia do Professor, reafirmando o compromisso com a valorização e o investimento na educação de base.

“Para nossa Administração, a educação é prioridade absoluta, não só no discurso, mas quando realizamos ações como a inauguração de Naves-Mãe”, afirmou o prefeito Hélio de Oliveira Santos, durante a entrega da sétima unidade, que leva o nome Ministro Gustavo Capanema, localizada no DIC VI.

Durante o discurso, o prefeito ressaltou a posição de Campinas como a primeira cidade brasileira com mais de 1 milhão de habitantes que deve zerar o déficit de vagas na Educação Infantil até o fim de 2010. Ele ainda lembrou da carreira política do Ministro Gustavo Capanema, que marcou a história do país com ações nas áreas de educação, saúde e cultura, e ainda frisou a importância de investir no setor educacional.

“A educação pública tem que ser feita nos melhores prédios, com os melhores professores e a melhor pedagogia, tudo para termos um salto de qualidade”, lembrando do projeto arquitetônico das Naves-Mãe feito por João Filgueras Lima, o Lelé, e frisando a pedagogia dos sentidos, que visa formar futuros cidadãos mais bem preparados para a vida. “A Educação Infantil é a chance que temos de

recuperar a educação brasileira, é onde acontece o início das mudanças, para formar crianças mais críticas, curiosas e preparadas para os ensinamentos seguintes”, concluiu.

Dia do Professor O secretário municipal de Educação, José Tadeu Jorge, falou sobre o Dia do Professor e a importância da educação para o desenvolvimento do país. “Nossa comemoração dessa data é simbolizada pela entrega desse espaço de ensino e aprendizagem. A educação é um objetivo de longo prazo, e significa o alicerce para o crescimento do país”, ressaltou o secretário.

Segundo Tadeu Jorge, com a inauguração da Nave-Mãe Ministro Gustavo Capanema, a região Sudoeste é a primeira de Campinas a zerar a lista do Agrupamento III da Educação Infantil, que corresponde a crianças de 3 a 5 anos e 11 meses. “Agora, começamos efetivamente a zerar a lista de espera das crianças, e continuaremos a perseguir o desafio de zerar o déficit também nos outros Agrupamentos”, avaliou.

O presidente da Cidade dos Meninos, Philip Brian Smith, responsável por gerir a Nave-Mãe Ministro Gustavo Capanema, elogiou a iniciativa do prefeito em desenvolver o projeto das Naves-Mãe, que chamou de criativa, e agradeceu a oportunidade de cuidar e ensinar crianças a se tornarem futuros cidadãos.

Na cerimônia de inauguração, ainda estiveram presentes vários secretários municipais, vereadores, representantes de associações de bairros do entorno do DIC VI, além de pais e crianças que frequentarão a nova escola.

A pequena Lara Pietra tem apenas 10 meses de vida, mas sua mãe, a cabeleireira Rosimeire Alves, já pensa em quando a filha estiver matriculada na Nave-Mãe. “A escola é linda, boa e bastante atrativa. Acho muito importante e necessário a criança

ir à escola desde cedo, porque já está comprovado que elas se tornam adultos melhores”, contou.

Investimentos

Investimento municipal para a construção da Nave-Mãe Ministro Gustavo Capanema foi de R\$ 2 milhões. A obra possui 1.754 m² de área construída e capacidade inicial para atender 435 crianças de quatro meses a 5 anos e 11 meses.

A unidade do DIC VI, na região Sudoeste é a sétima Nave-Mãe entregue pela Administração Municipal em quase dois anos de existência do projeto, que, por meio da pedagogia dos sentidos, busca o desenvolvimento do caráter e da personalidade das crianças, com objetivo de estimulá-las e dar a igualdade de oportunidade em fases seguintes do ensino, para a formação integral do futuro cidadão.

Para pais ou responsáveis por crianças de 3 a 5 anos e 11 meses que procuram por vagas na Educação Infantil, ainda há vagas na Nave-Mãe Ministro Gustavo Capanema no Agrupamento III.

Projeto

Nas Naves-Mãe, as supercreches com capacidade de atender entre 400 e 500 crianças até 5 anos e 11 meses, tudo foi pensado e planejado para o atendimento integral, com todo o conforto e atenção que os pequenos necessitam. O projeto arquitetônico é de João Filgueras Lima, o Lelé, renomado arquiteto, considerado o melhor profissional em sua área do século 20 e idealizador de vários projetos voltados à proteção da criança.

As unidades possuem 11 salas de aula, incluindo uma sala multiuso, além da área administrativa, enfermaria, pátio coberto, refeitório, cozinha, sanitários para

funcionários e para as crianças. Todo o mobiliário e a estrutura é adaptada para o conforto dos alunos e dos profissionais que trabalham nas Naves-Mãe.

Os prédios ainda são rodeados por jardins e um grande *playground*, que possui gangorras, escorregadores, balanços, casa de boneca, casa do Tarzan e tudo que as crianças precisam para se divertir, desenvolver e conviver.

Além de atividades para os pequenos, as Naves-Mãe também oferecem aulas de cursos profissionalizantes e do EJA (Educação de Jovens e Adultos) para mães e toda a comunidade próxima às unidades, ou seja, formação para toda a família.

Nave-Ciência

Para efetivar o desenvolvimento da pedagogia dos sentidos proposta nas Naves-Mãe, o prefeito idealizou tematizações para cada uma das unidades, batizadas como projeto Nave-Ciência. A proposta é que por meio do olfato, visão, tato, paladar e audição, sejam trabalhados temas relacionados à vida, estimulando, assim, a conscientização dos pequeninos.

Na Nave-Mãe Anísio Teixeira, do Jardim Fernanda II, já funciona o projeto piloto do Nave-Ciência, que tem como tema “Som e Luz”. O projeto, desenvolvido em parceria com o Museu Exploratório da Unicamp, ainda prevê a criação dos temas “Tempo e Movimento”, “Formas e Quantidades” e “Vida”. A previsão é que a implantação das tematizações do Nave-Ciência nas Naves-Mãe ocorra até 2010.

Homenagens

Procurando sempre reconhecer personalidades que lutaram pela qualidade da educação brasileira, a Administração Municipal já homenageou Anísio Teixeira, Leonel Brizola, professor Paulo Freire, professor José Aristodemo Pinotti, professor Darcy Ribeiro e senador João de Medeiros Calmon. Agora, por meio das Naves-Mãe, a Prefeitura homenageia o Ministro Gustavo Capanema.

Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 10 de agosto de 1900. Em 1924 formou-se em Direito. Entre 1925 e 1929, na sua cidade natal, lecionou e advogou e ao longo deste período, travou contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930).

Ingressou na vida política em 1927, como vereador em Pitangui. Em 1930, foi nomeado secretário do Interior de Minas Gerais, e presidente do estado em 1933. Em 26 de julho de 1934, Capanema foi efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública do governo de Getúlio Vargas. Foi o político que mais tempo atuou frente a um ministério, durante 11 anos.

Sua gestão frente ao ministério ocorreu até 1945, e foi marcada por vários fatos importantes na história, como a retomada de campanhas sanitárias, construção do edifício-sede do ministério no Rio de Janeiro (RJ) e, sob sua responsabilidade, a reorganização dos Ministérios da Educação e Saúde. Ele foi o fundador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Em 1970 foi eleito senador por Minas Gerais, e encerrou a carreira política em 1979. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1985

Anexo C

DECRETO Nº 15.947 DE 17 DE AGOSTO DE 2007

(Publicação DOM de 18/08/2007:03)

Regulamenta a Lei Nº 12.884, de 04 de abril de 2007, que cria o Programa de Atendimento Especial À Educação Infantil (PAEEI).

O Prefeito do Município de Campinas, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º O PAEEI é o Programa de Atendimento Especial à Educação Infantil, que visa à ampliação de vagas para a Educação Infantil no Município..

Art. 2º No âmbito do PAEEI, ficam criadas, no Município de Campinas, unidades de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação (SME), denominadas Centros de Educação Infantil (CEIs), cuja gestão será realizada em parceria com instituições de direito privado sem fins lucrativos.

Art. 3º As instituições parceiras devem atender aos seguintes requisitos:

- I - estar legalmente constituídas como escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais;
- II - comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação;
- III - assegurar a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de atividades;
- IV - estar cadastradas na SME;
- V - ter o seu Plano de Trabalho selecionado pela SME, através de processo seletivo;
- VI - não estar com as contas reprovadas pela SME.

Art. 4º A criação e o funcionamento dos Centros de Educação Infantil (CEIs) serão regidos por este Decreto.

Art. 5º Os CEIs serão administrados em parceria com instituições privadas, sem fins lucrativos, instituídas como escolas filantrópicas, comunitárias ou confessionais, que firmarão convênio com o Poder Público.

Art. 6º Competirá à Secretaria Municipal de Educação os seguintes procedimentos:

I - cadastrar as instituições interessadas em firmar convênio com o Município para a gestão de CEIs;

II - definir anualmente o atendimento educacional, faixa etária e período parcial/integral de atendimento, a ser prestado em cada CEI;

III - supervisionar e fiscalizar o trabalho administrativo, pedagógico e financeiro da instituição conveniada, por meio de orientação e avaliação sistemática do cumprimento do Plano de Trabalho e das diretrizes da SME;

IV - realizar repasse trimestral das parcelas, conforme os prazos e as condições previstas no termo de convênio;

V - suspender o repasse de recursos nos casos em que a instituição conveniada não apresentar a prestação de contas, tiver a prestação de contas rejeitada ou utilizar os recursos em desacordo com os critérios estabelecidos;

VI - receber e analisar as prestações de contas apresentadas trimestralmente pelas instituições conveniadas.

Art. 7º às instituições conveniadas caberá:

I - prestar atendimento à criança, conforme proposto no Plano de Trabalho;

II - manter recursos materiais e equipamentos adequados e compatíveis ao cumprimento do objeto do convênio;

III - arcar com as despesas que eventualmente ultrapassem o valor de repasse fixado;

IV - prestar contas trimestralmente à SME;

V - manter instrumentais de controle e de operacionalização do CEI disponíveis para consulta da SME;

VI - encaminhar mensalmente à SME a relação de todos os funcionários da instituição, indicando, quando houver, a ocorrência de demissões ou novas contratações;

VII - efetuar o pagamento de todos os encargos trabalhistas, impostos e demais taxas devidas pela instituição;

VIII - aplicar os saldos de convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

IX - quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento.

Art. 8º Anualmente será feito um relatório conjunto entre a SME e a instituição conveniada, relacionando as atividades desenvolvidas, avaliando os resultados alcançados e, se necessário, revendo as metas para o próximo ano.

Parágrafo único. O relatório de atividades deverá ser juntado no protocolo administrativo que originou o convênio com a instituição.

Art. 9º O repasse de recursos será feito trimestralmente, considerando um valor *per capita* fixo por criança.

§ 1º Para efeito de cálculo do valor *per capita*, será considerada a faixa etária a que a criança pertence e o período parcial/integral de atendimento.

§ 2º O valor *per capita* será fixado anualmente em Resolução da SME e divulgado nas chamadas de processo seletivo.

Art. 10. Fica garantido um fundo de verba adicional, no montante máximo de 10% do valor total de repasse, para despesas emergenciais, desde que justificadas e prévia e formalmente aprovadas pela SME.

Art. 11. Os recursos financeiros repassados poderão ser utilizados para:

I - contratação e formação de pessoal;

II - pagamento dos encargos trabalhistas: INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento;

III - aquisição de material de consumo urgente e necessário ao funcionamento da Unidade Educacional (ex: material de limpeza, material de escritório, material pedagógico);

IV - contratação de serviços de manutenção de equipamentos necessários ao funcionamento da Unidade Educacional;

V - aquisição de materiais e contratação de serviços necessários à implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais;

VI - aquisição de uniformes de fanfarra, uniformes de coral, fantasias, coletes para jogos e demais itens de vestuário de caráter coletivo;

VII - aquisição de material permanente destinado ao aluno, ao seu bem-estar ou necessário para a realização de serviços essenciais, cujo montante gasto com bens

de mesma categoria não ultrapasse, durante o ano, o limite estabelecido no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VIII - aquisição de materiais e contratação de serviços para a realização de pequenos reparos necessários à manutenção e conservação da infra-estrutura da Unidade Educacional;

IX - reformas e adaptações, desde que com prévia autorização e acompanhamento da Coordenadoria de Arquitetura Escolar da Secretaria Municipal de Educação, cujo valor anual não ultrapasse, durante o ano, o limite estabelecido no artigo 24, inciso I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

X - serviços necessários ao funcionamento da unidade educacional como fotocópias, serviço de correios, serviço de chaveiro;

XI - tarifa de telefone;

XII - taxas de manutenção bancária referentes à conta corrente específica do CEI, bem como CPMF, caso não sejam isentas;

XIII - despesas com participantes em cursos, congressos e seminários, desde que previamente aprovados pelo Departamento Pedagógico.

§ 1º Com autorização prévia e formal da SME, os recursos repassados também poderão ser utilizados para transporte escolar.

§ 2º Entende-se por bens permanentes aqueles cuja durabilidade é superior a dois anos e passíveis de serem patrimoniados..

Art. 12. Os recursos financeiros repassados não poderão ser utilizados para:

I - pagamento de profissionais não vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino; e

II - pagamento de Encargos e/ou benefícios trabalhistas como:

- a)** seguro de vida; **b)** contribuições a Entidades de Classe;
- c)** contribuições sindicais; **d)** insalubridade;
- III** - aquisição de gêneros alimentícios, incluindo guloseimas, lanches, refeições e contratação de serviço de buffet;
- IV** - aquisição de brinquedos ou jogos em desacordo com o objetivo do Projeto Pedagógico de atendimento às crianças, assim como à sua faixa etária;
- V** - despesa de qualquer espécie que caracterize auxílio assistencial, individual ou coletivo;
- VI** - pagamento de multa de qualquer espécie, incluindo aquelas por atraso de pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários;
- VII** - transferência de recursos financeiros, a qualquer título, a terceiros;
- VIII** - aquisição de medalhas, prêmios, flores, presentes e outros itens, bem como confecção de uniformes, camisetas e vestuário em geral, que se constituam em benefício individual;
- IX** - pagamento de gás de cozinha, de materiais e serviços de manutenção de veículos, de combustíveis, de transporte para desenvolver ações administrativas ou pedagógicas, serviço de táxi, pedágio e estacionamento;
- X** - pagamento, a qualquer título, aos membros da direção da Instituição e a pessoas que possuam grau de parentesco com membros da diretoria da Instituição, sejam estes contratados ou prestadores de serviço autônomo;
- XI** - contratação de empresa de propriedade de membros da diretoria da Instituição ou ainda, de propriedade de pessoas que possuam grau de parentesco com estes;
- XII** - serviço de desinsetização e desratização, bem como a aquisição de inseticidas e raticidas.

Art. 13. As instituições conveniadas deverão trimestralmente prestar contas dos recursos recebidos, conforme prazos e condições estabelecidos no termo de convênio, apresentando, no mínimo, os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento;

II - demonstrativo de execução físico-financeira dos recursos repassados, conforme modelo fornecido pela SME;

III - cópia do extrato bancário da conta corrente específica para movimentação dos recursos e, se for o caso, cópia do extrato de aplicação financeira;

IV - comprovantes das despesas discriminadas no demonstrativo de execução físico-financeira;

V - comprovante de recolhimento de saldo não utilizado, se houver, o qual deverá ser anexado à última prestação de contas quando da denúncia, rescisão ou extinção do convênio;

VI - comprovante de pagamento dos encargos trabalhistas de todos os funcionários da entidade;

VII - conciliação bancária.

Art. 14. O convênio poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por inadimplência de suas cláusulas.

Art. 15. Para efetuar o cadastro na SME, as instituições deverão apresentar a seguinte documentação:

I - CNPJ atualizado; **II** - estatutos sociais, constando como finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais; **III** - ata de assembléia ou de reunião de posse da atual diretoria devidamente registrada; **IV** – Certidão Negativa de Débito junto ao INSS; **V** – Certificado de Regularidade do FGTS.

§ 1º A SME divulgará, através do Diário Oficial do Município, o início do cadastramento de instituições interessadas na gestão de CEIs.

§ 2º A instituição poderá se cadastrar no Município a qualquer tempo, devendo atualizar o seu cadastro sempre que houver alteração na documentação.

Art. 16. As oportunidades de firmar convênio com o Município para a gestão de CEIs serão divulgadas através de Chamada de processo de seleção endereçada às instituições cadastradas e de publicação de aviso no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. As instituições interessadas na gestão de um determinado CEI deverão apresentar Plano de Trabalho nos moldes definidos na Chamada.

Art. 17. O processo de seleção será conduzido por Comissão Julgadora, considerando a pontuação obtida pelas candidatas.

§ 1º Informações específicas sobre cada processo de seleção, incluindo prazos, condições, critérios objetivos de pontuação e detalhamento das seções que devem compor o Plano de Trabalho, serão divulgadas na Chamada.

§ 2º A Comissão Julgadora será nomeada pelo sr. Secretário Municipal de Educação, com a sua composição sendo publicada no Diário Oficial do Município.

Art. 18. O termo de convênio terá validade máxima de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser denunciado por acordo entre as partes ou, unilateralmente, por qualquer delas, desde que aquela que assim o desejar comunique à outra, por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O convênio poderá ter início em qualquer mês do ano, devendo sempre finalizar no mês de dezembro que antecede a sua duração máxima, de 5 anos.

Art. 19. A critério da SME, desde que extinto o convênio ou findo o prazo de convênio com uma dada entidade, a gestão do CEI poderá estar totalmente a cargo da SME, como Unidade Municipal de Educação Infantil.

Parágrafo único. A transformação de CEI em Unidade Municipal de Educação Infantil será feita através de instrumental normativo específico.

Art. 20. Os bens adquiridos com os recursos transferidos, na forma legal, deverão ser incorporados ao patrimônio do Município e destinados às respectivas Unidades Educacionais beneficiadas, cabendo a estas a responsabilidade pela sua guarda e conservação dos mesmos.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Campinas, 17 de agosto de 2007.

DR. HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS

Prefeito Municipal

CARLOS HENRIQUE PINTO

Secretário de Assuntos Jurídicos

GRACILIANO DE OLIVEIRA NETO

Secretário de Educação

Anexo D: Parecer sobre curso técnico para formação de monitoras infanto-juvenis em Campinas

Redigido na Coordenadoria Setorial Técnico-Legislativa, da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, conforme protocolado administrativo nº 06/10/64.887, em nome de Secretaria Municipal de Educação, e publicado na Secretaria de Chefia de Gabinete do Prefeito.

DRA. ROSELY NASSIM JORGE SANTOS

Secretária-Chefe de Gabinete

MATHEUS MITRAUD JUNIOR

Coordenador Setorial Técnico-Legislativo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO de Campinas

UF: SP

ASSUNTO: Consulta sobre a formação de professores em nível médio, na modalidade Normal e proposta de p formação ara monitoras infanto-juvenis que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil, no município de Campinas.

RELATOR: Arthur Fonseca Filho

PROCESSO Nº: 23001.000174/2004-08

PARECER Nº: CNE/CEB 29/2004

COLEGIADO: CEB

APROVADO EM: 5/10/2004

I - RELATÓRIO

1- Histórico

1.1- A Secretaria Municipal de educação de Campinas dirige-se a este Colegiado, formulando consulta sobre a possibilidade de ministrar curso Normal de nível médio, para atender especificamente as monitoras que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil.

1.2- A consulente fundamenta seu pedido, relatando a evolução no atendimento da Educação Infantil no município de Campinas, desde 1989 até os nossos dias. Durante a exposição afirma: *No momento atual, os(as) chamados(as) monitores (as) de Educação Infantil são os profissionais que na rede municipal de educação de Campinas/SP educam e cuidam das crianças na maior parte do seu tempo de permanência nas creches. Historicamente, as funções de professor e monitor têm valorização social diferente, causando no cotidiano das creches a divisão do trabalho pedagógico entre os aspectos do cuidar e do educar, do planejar e do executar, do atuar e do apoiar. Superar tais dicotomias depende, não apenas da apropriação de conhecimentos sobre a especificidade da infância, mas também da valorização dos conhecimentos dos profissionais que até o presente foram constituídos no cotidiano, com uma titulação que valide socialmente seus saberes.*

A Educação Infantil – primeira etapa da educação Básica – é direito de todas as crianças e deve ser oferecida pelo Poder Público, com qualidade. Para isso, faz-se necessário um profissional que, na sua formação tenha se apropriado dos conhecimentos e saberes inerentes à Pedagogia da Infância. Embora a perspectiva seja a universalização de formação em nível superior para todos os que atuam com crianças, em consonância com o artigo 62 da Lei 9394/96, o nível médio, na modalidade Normal, é admitido como formação mínima para a atuação na Educação

Infantil. Segundo dados da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, o quadro atual da escolaridade dos monitores que trabalham na I Educação Infantil é o seguinte:

Escolaridade Número de monitores

Ensino Fundamental (incompleto) 238

Ensino Fundamental (completo) 270

Ensino Médio (incompleto) 91

Ensino Médio (completo) 433

Superior 33

Pós-Graduação 01

Total 1066

A maior parte deles, então, já tem o ensino médio e esse grupo constitui a grande demanda de formação da categoria.

1.3- As perguntas são as seguintes:

1.3.1 *A Fundação Municipal de educação Comunitária (FUMEC) – criada em 1987 e vinculada à Secretaria Municipal de educação de Campinas para organizar atividades educacionais seguindo orientação comunitárias e inclusiva, e investe em três grandes projetos: Programa de educação de Jovens e Adultos; Centro de formação Profissional “Prefeito Antonio da Costa Santos”(CEPROCAMP) e Projeto Letraviva, pode oferecer tal curso por meio do”(CEPROCAMP) 1.3.2O Centro Federal de educação Tecnológica de São Paulo (CEFET São Paulo), em parceria com a FUMEC, poderia certificar o curso como Curso de formação de Professores de Educação Infantil Nível Médio*

Modalidade Normal?

1.4- A Prefeitura Municipal de Campinas anexa, ainda, a proposta do curso a ser implantado.

2- Mérito

2.1- O município de Campinas optou por constituir-se em sistema municipal de ensino. Dessa forma, suas competências estão arroladas nos arts. 11 e 18 da Lei 9394/96:

Art. 11 - *Os Municípios incumbir-se ao de:*

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

V - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino, somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único - *Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.*

Art. 18 - *Os sistemas municipais de ensino compreendem:*

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de Educação Infantil mantidas pelo Poder Público municipal; (grifo nosso)

II - as instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação

2.2- Conforme consta da proposta anexada ao pedido, o curso está estruturado em conformidade com o Parecer CNE/CEB 1/99, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores na modalidade Normal em nível médio.

2.3- Ainda que a formação em nível superior para todos os profissionais da educação seja desejável, parece-nos que a solução proposta para requalificar os monitores da Prefeitura Municipal de Campinas definindo um perfil profissional específico para educadores que acumulam as funções do “cuidar e do educar” na Educação Infantil, seja bastante realista e adequada ao momento dos municípios brasileiros.

2.4-Podemos assim responder pontualmente as questões formuladas:

“A Fundação Municipal de educação Comunitária (FUMEC), criada em 1987 e vinculada à Secretaria Municipal de educação de Campinas para organizar atividades educacionais seguindo orientação comunitárias e inclusiva, e investe em três grandes projetos: Programa de educação de Jovens e Adultos; Centro de formação Profissional “Prefeito Antonio da Costa Santos”(CEPROCAMP) e Projeto Letraviva, pode oferecer tal curso por meio do CEPROCAMP?”

Resposta: A FUMEC integra o sistema municipal de ensino de Campinas. Assim, respeitadas as normas desse sistema, nada impede que a Fundação seja a responsável pelos cursos de formação de professores em nível médio, modalidade Normal.

“O Centro Federal de educação Tecnológica de São Paulo (CEFET São Paulo), em parceria com a FUMEC, poderia certificar o curso como Curso de formação de Professores de Educação Infantil Nível Médio Modalidade Normal?”

Resposta: Considerando especialmente o que consta do item 1 deste Parecer, parece- nos ser mais adequada que a responsabilidade acadêmica pela diplomação seja da própria FUMEC.

II – VOTO DO RELATOR

Somos pelo seguinte voto:

A FUMEC integra o sistema municipal de ensino de Campinas. Assim, respeitadas as normas desse sistema, nada impede que a Fundação seja a responsável pelos cursos de formação de professores em nível médio, modalidade Normal. A responsabilidade por todos os atos acadêmicos, da matrícula à diplomação, será da própria Fundação.

Brasília (DF), 5 de outubro de 2004.

Conselheiro Arthur Fonseca Filho – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator.

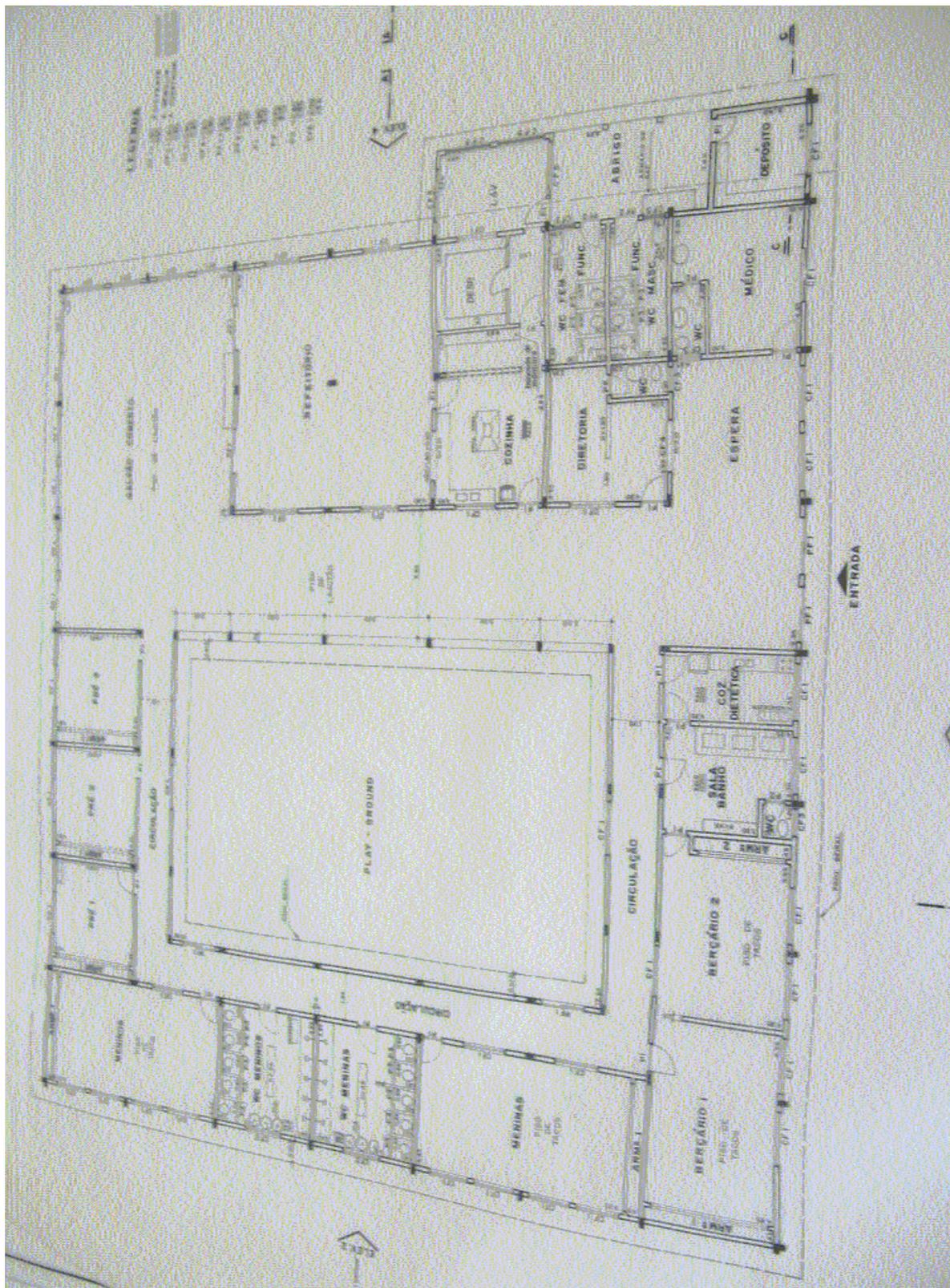
Sala das Sessões, em 5 de outubro de 2004

Conselheiro Cesar Callegari – Presidente

Conselheira Clélia Brandão Alvarenga Craveiro– Vice-Presidente

Anexo E

Planta original do CEMEI “Maria Antonina Mendonça de Barros” de 1981



Anexo F

Prefeitura abre processo seletivo para contratação de profissionais da educação

17/01/2007,

Autor: Patrícia Coutinho

A Prefeitura Municipal de Campinas abre nesta quarta-feira, dia 17 de janeiro, as inscrições para o processo seletivo que visa a contratação de profissionais para a área da Educação. Os interessados podem se inscrever até 26 de janeiro pela Internet nos endereços www.campinas.sp.gov.br ou www.caipimes.com.br; ou ainda no Posto de Atendimento instalado na Estação Cultura, que fica na Praça Marechal Floriano s/n - salão 03 - Centro, das 9h às 15h30.

Ao todo estão sendo oferecidas mil vagas, sendo 550 para Monitor de Educação Infantil, 380 para Professores Substitutos de várias especialidades e 70 Especialistas da Educação, entre os quais Coordenador Pedagógico, Diretor, Supervisor Educacional. Os locais de trabalho dos contratados serão determinados pela Secretaria de Educação e Fundação Municipal para Educação Comunitária (Fumec), de acordo com as necessidades das unidades de ensino.

O valor da taxa de inscrição varia de R\$ 22,00 a R\$ 70,00, de acordo com a área escolhida. Os editais com todas as informações necessárias aos candidatos podem ser consultados no Diário Oficial do Município desta quarta-feira, dia 17 de janeiro; ou na versão on-line, disponível no Portal da Prefeitura.

Além da remuneração mensal, os profissionais receberão um auxílio-alimentação de R\$ 310,00 ou de R\$ 155,00 no caso de professores que tiverem carga horária de 90 a 134 horas-aula. Os professores que tiverem jornada inferior a 90 horas-aula não receberão o benefício. O vale-transporte é opcional e será concedido mediante a um desconto de 3% no valor dos vencimentos.

Anexo G

Prefeitura de Campinas entrega primeira unidade Nave-Mãe à população

10/03/2008, Autor: Camila de Pádua

"Eu preciso trabalhar e não tinha lugar para deixar meus filhos, mas agora não, a creche é uma maravilha na minha vida". A afirmação é da mãe Inês Martins, moradora do Jardim Marisa, que já matriculou seus dois filhos na Nave-Mãe do bairro entregue na manhã deste domingo, 9 de março.

O prefeito Hélio de Oliveira Santos, o secretário de Educação, Graciliano de Oliveira Neto, e demais autoridades estiveram presentes na inauguração da creche que atenderá mais de 500 crianças da região.

A Nave-Mãe Governador Leonel de Moura Brizola possui cerca de 2 mil m², em uma área localizada de mais de 5 mil m² e recebeu cerca de R\$ 2,3 milhões de investimentos.

Além do atendimento as crianças, toda a família irá participar do processo educacional. Para isso, cursos profissionalizantes, aulas de continuidade do ensino fundamental, orientação sobre saúde, assistência social, tudo isso será oferecido para que as mães façam parte deste contexto.

Sebastião dos Santos, presidente do Jardim Marisa conhecido pelos moradores como Djavan, disse que a Nave-Mãe é uma conquista para a população. "É com muito carinho que nós recebemos a creche hoje, porque é um desejo antigo dessa comunidade, e será nossa obrigação zelar desse patrimônio que é nosso".

Diferencial

Para o secretário de Educação a unidade é um marco na história da educação campineira. "Esse modelo diferenciado de tratar crianças e mães marca a preocupação da administração em integrar todos nesse processo, oferecendo educação, saúde e oportunidades, além é claro de diminuir o déficit educacional".

De acordo o prefeito, o principal diferencial da creche é o atendimento integral as mães e as crianças. "É na escola que se firmam os laços entre mães e crianças e não podemos separar isso, é por isso que nossas creches passam a se chamar Naves-mãe. Não é possível trabalhar a educação, a aprendizagem, o desenvolvimento infantil sem cuidar das mães, sendo que muitas delas são adolescentes que tiveram uma gravidez indesejável".

Dr. Hélio disse ainda que o conceito elaborado integra um programa diferenciado. "A Nave-Mãe resgata o papel da mãe diante da aprendizagem dos seus filhos, é por isso que muito mais do que oferecer educação as crianças, nós estamos dando a oportunidade às mães de voltarem a estudar e de uma profissionalização".

O prefeito explicou também que a Nave-Mãe traz um novo conceito pedagógico. "Esse não é um modelo convencional. Aqui será desenvolvida uma pedagogia através dos sentidos. Vamos estimular as crianças por meio do tato, da visão, do olfato, da audição e do paladar, para que assim ela consiga aprender muito mais e consiga desenvolver suas habilidades por meio de um ambiente temático", disse.

Após o descerramento da placa inaugural, o prefeito e demais autoridades assistiram a uma apresentação da Fanfarra Municipal de Campinas e conheceram as instalações.

No local é possível encontrar pias e espelhos pequenos ajustados na altura das crianças, duchas adaptadas para o banho de bebês, um refeitório espaçoso com direito a uma cozinha com todo o equipamento necessário para refeições de qualidade e um grande playground, com balanços, gangorras, casa de boneca e outros equipamentos que convidam crianças para brincadeiras inclusivas e saudáveis.

Além disso, ao lado da unidade, a Prefeitura ergueu uma quadra poliesportiva, que poderá ser usada tanto pelas crianças matriculadas, quanto pela comunidade local.

Projeto

O projeto Nave-Mãe é uma inovação no sistema educacional da cidade. Primeiro porque possibilita a oportunidade da integração das mães, não só no ambiente da escola, como também com a profissionalização que permite que muitas voltem ao mercado de trabalho.

De acordo com a diretora executiva da Fumec, Isa Speranza Righetto, vários cursos estão programados para acontecer no local. "Nós estamos colocando a disposição dessa população cursos na área de gestão como auxiliar de escritório, recepcionista comercial, operador de telemarketing. Na área de hotelaria temos vagas para cursos de camareira, garçom, governanta, entre outros, além da formação do ensino fundamental".

Além da carga horária básica de cada curso, todos incluem 20 horas aula de informática que serão oferecidas no Ceprocamp, na região central. Para isso a

secretaria de Educação irá disponibilizar o transporte para que todos possam participar.

O projeto inovador se caracteriza também pela parceria entre poder público e entidade filantrópica. Todas as unidades Naves-Mãe serão geridas por institutos assistenciais previamente escolhidos por um processo seletivo. Nele as entidades apresentaram seus projetos pedagógico, histórico de desempenho e um projeto de gerenciamento de recursos.

A unidade do Jardim Marisa será administrada pela Fundação Douglas Andreani, com a supervisão pedagógica da secretaria de Educação.

De acordo com o presidente da Fundação, Carlos Andreani, Campinas será modelo para muitas cidades. "Esse é um projeto inovador, através do qual nos sentimos honrados em fazer parte. É uma alegria muito grande saber que a Prefeitura tem essa confiança no nosso trabalho", afirmou.

A Fundação Douglas Andreani já desenvolve um trabalho semelhante na cidade. Na região do Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B 700 crianças são atendidas onde recebem os mesmos cuidados que terão na Nave-Mãe.

Outras unidades

Além da Nave-Mãe do Jardim Marisa, as unidades do Jardim Fernanda, Satélite Íris II e Vida Nova serão as próximas a serem entregues - todas estão em fase de acabamento. Ao todo, serão construídas 15 Naves Mãe, que irão criar cerca de 8 mil vagas para crianças da Educação Infantil (cerca de 500 crianças por unidade, dependendo da demanda de cada região). O investimento total estimado para as obras é de R\$ 37 milhões.

As próximas Naves Mãe a serem construídas são as do Alto Belém, DIC VI, Residencial Cosmos, Vista Alegre e Villa Régio, que estão atualmente em processo licitatório com previsão de entrega no segundo semestre de 2008. As Naves-Mãe do Parque Universitário de Viracopos, Parque das Indústrias, Jardim Telesp e Jardim Ouro Preto já possuem os projetos prontos e estão na Secretaria de Infra-Estrutura para serem orçados. As unidades previstas para serem construídas no Satélite Íris I e região da Morada das Bandeiras estão com áreas em estudo para a construção das unidades.

Colaboração: Laura Gonçalves e Ingrid Vogl

http://www.campinas.sp.gov.br/noticias/?not_id=1&sec_id=&link_rss=http://www.campinas.sp.gov.br/admin/ler_noticia.php?not_id=17644 (acesso em 15/10/2009)

Anexo H

Pintaram as férias

16h46 - Aulas na rede municipal retornam em fevereiro

28/12/2004, 17:36

Autor: Maria do Carmo

Cerca de 61 mil crianças, jovens e adultos das escolas municipais de ensino fundamental, de educação infantil e do programa de Educação de Jovens e Adultos entraram em férias no último dia 20 de dezembro.

A previsão é que o próximo ano letivo tenha início no dia 2 de fevereiro, quando os educadores serão apresentados ao novo secretário de Educação e sua equipe pedagógica.

O início das aulas para 32.400 ensino fundamental - 1ª a 8ª série, seis mil de Educação de Jovens e Adultos – e aproximadamente 29 mil da educação infantil, sendo oito mil crianças matriculadas em período integral, está previsto para o dia 10 de fevereiro.

Atividades

Durante o período de recesso algumas unidades educacionais manterão atividades de lazer para os alunos da rede municipal.

Vinte e uma unidades de educação infantil funcionarão como unidade-pólo do Projeto Pintaram as Férias, atendendo 1750 crianças de até seis anos inscritas no programa.

O Projeto Pintaram as Férias tem por objetivo atender as crianças, cujas mães não têm outra alternativa que não a creche para deixar os filhos enquanto trabalham fora no período de férias escolares.

Durante o mês de janeiro, as crianças são atendidas por monitores, para que possam desenvolver, mesmo sem os professores, as atividades programadas para o período de férias.

O atendimento ocorrerá em período integral, sempre das 8h às 16h. Mais informações na Coordenadoria de Educação Básica, na Rua Dr. Quirino, 1562, no Centro, telefone: 3233 6266 ou 3233-2869.

Agentes de educação infantil efetivos por CEMEI em 2009

Centro de educação Infantil	Numero de monitores Homens
CEMEI MARIA LÁZARA DUARTE GONÇALVES	3
CEMEI THERMUTIS ARAÚJO MACHADO	2
CEMEI PRES HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO	1
CEMEI PROF OCTÁVIO CÉSAR BORGHI705	1
CEMEI LÍDIA BENCARDINI MASELLI	1
CEMEI DR MANOEL ALVES DA SILVA	1
CEMEI PROFA SÔNIA MARIA ALVES CASTRO PEREZ	1
CEMEI BOA VISTA	4
CEMEI BETY PIERRO	1
CEMEI MARIA APARECIDA VILELA GOMES JÚLIO	2
CEMEI LÍDIA BENCARDINI MASELLI	4
CEMEI MARIA ANTONINA MENDONÇA DE BARROS	2
CEMEI SÃO FRANCISCO DE ASSIS	1
CEMEI CHA IL SUN	1
CEMEI NAIR VALENTE DA CUNHA	1
E0165 CEMEI LIONS CLUBE CAMPINAS	1
CEMEI CORUJINHA	1
CEMEI MARIA JOSÉ GONÇALVES	3
CEMEI MARIA AMÉLIA RAMOS MASSUCCI	4
CEMEI JOSÉ FIDELIS	2
CEMEI ALEXANDRE SARTORI FARIA	3
CEMEI PROFA APARECIDA CASSIOLATO	3
CEMEI AMÉLIO ROSSIM	1
CEMEI LEONOR MOTTA ZUPPI	1
CEMEI CHRISTIANO OSÓRIO DE OLIVEIRA	1
CEMEI IDALINA CALDEIRA DE	1

SOUZA PEREIRA	
CEMEI AURORA SANTORO	2
CEMEI CLÁUDIO SOUZA NOVAES	2
CEMEI MARIA BACTRUM CURY	1
CEMEI MARILENE CABRAL	1
CEMEI MARIA BEATRIZ CARVALHO MOREIRA	1
CEMEI NAIR VALENTE DA CUNHA	1
CEMEI PROF OCTÁVIO CÉSAR BORGHI	1
CEMEI BRASILIA BYNGTON EGÍDIO MARTINS	1
CEMEI PRES HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO	1
CEMEI ESTER APARECIDA VIANNA	1
CEMEI IDALINA CALDEIRA DE SOUZA PEREIRA	1
CEMEI JOANA KALLAJIAN	1
CEMEI MATILDE AZEVEDO SETUBAL	1
CEMEI CLÁUDIO SOUZA NOVAES	1
CEMEI PROFA MARIA ISABEL BALTAR DA ROCHA RODRIGUES	1
CEMEI BRÍGIDA CHINAGLIA COSTA	1
CEMEI FERNANDO ALPHEO MIGUEL	1
CEMEI LEONOR MOTTA ZUPP	2
CEMEI JOANA KALLAJIAN	2
CEMEI PARQUE ITAJAÍ	1
CEMEI FERNANDO ALPHEO MIGUEL	1
CEMEI MARIA BACTRUM CURY	1
CEMEI ALEXANDRE SARTORI FARIA	1
CEMEI CLÁUDIO SOUZA NOVAES	1
CEMEI PROFA GESSY GABRIEL MARTINS DE CAMARGO	1
CEMEI FERNANDO ALPHEO MIGUEL	1
EMEI SILVIA FERNANDA BONI	1
EMEI MARIA ODETE DE SOUZA MOTTA	1
EMEI SILVIA FERNANDA BON	1
EMEI PRES ARTHUR BERNARDES	2
EMEI FADINHA AZUL	1
EMEI REGENTE FEIJÓ	3

EMEI SILVIA FERNANDA BONI	1
EMEI PROF NOÊMIA CARDOSO ASBAHR	1
EMEI PROF HILTON FEDERICC	1
EMEI ADÃO EMILIANO	2
EMEF GAL HUMBERTO DE SOUZA MELLO	1